CULTURA ALGARVE 2030 ASPIRAÇÕES E VISÕES DE FUTURO

Relatório das conferências digitais realizadas no âmbito da elaboração do documento Cultural Algarve 2030

organização

AMAL Comunidade Intermunicipal do Algarve

parceiro

REPÚBLICA PORTUGUESA CULTURA

cult alg Direção Regional de Cultura do Algarve

produção

UAlg UNIVERSIDADE DO ALGARVE

promoção

faro 2027

FICHA TÉCNICA

Organização
Comunidade Intermunicipal do Algarve (AMAL)

Parceria
Direção Regional da Cultura do Algarve

Produção
Universidade do Algarve

Promoção
Faro 2027

Redação e elaboração do relatório
Vânia Martins, Associação In Loco

Junho de 2021

ÍNDICE

02 **Introdução**

03 **Talk 1 "Conexão, cultura e inovação"**

05 "Artemrede: Cooperação cultural entre Territórios e Comunidades", Marta Martins

09 "Reinventing today, looking forward: Culture in a time of transition", Nancy Duxbury

14 "A cultura, um fator para o desenvolvimento sustentável da Comunidad Intermunicipal do Algarve", Jordi Pardo

18 Debate

22 **Talk 2 "3 Passos para a Governança Cultural"**

24 "The role of evaluation within cultural governance: lessons from the European Capital of Culture Program", Ruth Melville

27 "Da importância das políticas culturais em sentido amplo", Cristina Farinha

31 "Faro: a European Cultural City with a Global Outlook", Gijs de Vries

34 Debate

42 **Talk 3 "A Cultura na Transição Climática e Digital"**

44 "Olhar a cultura sob o chapéu Europeu", Cláudia Monteiro de Aguiar

47 "Programa Europa Criativa", Sara Machado

50 "Idealizar e financiar colaboração europeia", Tiago Prata

54 "Programa Operacional Algarve 2030", José Apolinário

58 Debate

INTRODUÇÃO

A Comunidade Intermunicipal do Algarve (AMAL) promoveu, ao longo dos meses de abril e maio, em parceria com a Faro2027 – Candidatura de Faro a Capital Europeia da Cultura, a Direção Regional de Cultura do Algarve e a Universidade do Algarve, um conjunto de iniciativas para discutir e construir uma visão para o futuro da Cultura na região. De entre as ações programadas, decorreram as Talks, onde um conjunto de especialistas convidados realizaram um debate que trouxe diferentes perspetivas sobre a cultura e a importância crescente e necessária da valorização do setor cultural e criativo.

O presente relatório expõe as diversas ideias partilhadas em cada uma das 3 Talks realizadas, congregando toda a informação recolhida durante a partilha dos oradores convidados e também nos momentos em que foi alargada a participação a todos e todas aqueles e aquelas que estavam a assistir.

#TALK 1

CONEXÃO CULTURA E INOVAÇÃO

21 DE ABRIL

Cultura
Algarve
Horizonte
2030

#TALK 1

COMUNICAÇÕES

Marta Martins

Nancy Duxbury

Jordi Pardo

Evento moderado por:
Adriana Nogueira, Diretora Regional da Direção Regional de Cultura do Algarve

ARTEMREDE: COOPERAÇÃO CULTURAL ENTRE TERRITÓRIOS E COMUNIDADES

Marta Martins

Mestre em Estudos de Cultura. Diretora Executiva da Artemrede, no âmbito da qual tem sido coordenadora de vários projetos intermunicipais e intersectoriais focados nos territórios e nas comunidades locais.

A Artemrede conta com 16 anos de atividade, tendo iniciado em 2005 como uma rede de teatros impulsionada pela Comissão de Coordenação e desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo LVT, como forma de apoiar os teatros municipais que tinham sido recentemente alvo de intervenções. Constituiu-se como uma ferramenta de apoio a estes equipamentos e aos municípios que os geriam, nomeadamente para os apoiar ao nível da formação, da gestão e da formação das equipas, além da programação. Em 2014 iniciou uma fase de questionamento da sua missão e, como tal, de reflexão estratégica, tendo desencadeado um processo bastante alargado e muito participado, que envolveu todos os atores da rede e também externos, em diferentes níveis de decisão. Daí resultou num plano estratégico num horizonte temporal 2015-2020 que se verificou determinante para aquilo que a Artemrede é atualmente.

Afirmou-se assim como um projeto de cooperação cultural, que tem como objetivo o desenvolvimento dos territórios e das comunidades, alargando a sua vertente de trabalho para além da formação e da programação. Inclui portanto, desde essa altura, outras dimensões como a criação artística, as estratégias de mediação cultural e de desenvolvimento de públicos, o debate político, tendo ainda um enfoque na internacionalização da rede.

O crescimento da Artemrede, o seu reforço e o facto de resistir ao longo de 16 anos, deve-se a dois elementos essenciais, sempre presentes na projeção da sua atividade: o território e as pessoas.

"O crescimento da Artemrede, o seu reforço e o facto de resistir ao longo de 16 anos, deve-se a dois elementos essenciais, sempre presentes na projeção da sua atividade: o território e as pessoas"

No que se refere ao primeiro, age em estreita parceria com três CCDR (Centro, Alentejo e Lisboa e Vale do Tejo), sendo esse o seu território identitário, num eixo que não pertence a nenhuma região administrativa, localizado entre Pombal, Elvas e Sines. Aí atua e consolida a sua atividade, nomeadamente desenvolvendo processos de planeamento estratégico. Este território é constituído pelos municípios que constituem a Artemrede, de momento composta por 18 associados, dos quais 17 são autarquias. O 18° é a Cooperativa de Solidariedade Social Rumo, com quem desenvolvem desde há alguns anos uma série de projetos artísticos de intervenção social. Os municípios são muito distintos, desde concelhos da área metropolitana de Lisboa, como Almada e Oeiras (portanto territórios populosos e com dinâmicas culturais fortes) e outros de média dimensão como Abrantes, Alcobaça, Santarém. Também trabalham com municípios de pequena dimensão, como Alcanena ou Sobral de Monte Agraço. "O crescimento da Artemrede, o seu reforço e o facto de resistir ao longo de 16 anos, deve-se a dois elementos essenciais, sempre presentes na projeção da sua atividade: o território e as pessoas"

É a partir dos interesses estratégicos ao nível cultural que cada um destes municípios tem que desenvolvem a sua atividade. Há um perigo de as redes promoverem a homogeneização da programação e das políticas, o que a Artemrede tem procurado contrariar ao longo dos anos. Nesse sentido, considerando a diversidade dos seus territórios, defende que a atenção aos mesmos e às dinâmicas que os compõem, assim como aquilo que estes pretendem desenvolver é central.

No que se refere às pessoas, estas são todas as comunidades com quem trabalham, mas também todos os que compõem a rede. É uma rede orgânica, composta de relações entre interlocutores de diferentes territórios, que trabalham nestes municípios e que estão em diferentes níveis de decisão (autarcas, dirigentes, programadores, técnicos, entre outros). Todos são elementos-chave para o trabalho que a Artemrede desenvolve. Enquanto associação cultural, toda a atividade que promove e as decisões tomadas são alcançadas de forma colaborativa e articuladas com todos estes atores, para que os projetos que desenvolvem sejam adequados e do seu interesse.

Posto isto, existem alguns projetos que têm estas duas premissas muito claras. Muito do trabalho da Artemrede continua a desenvolver-se ao nível da programação e de projetos artísticos que partem da comunidade. É exemplo disso o Festival Manobras, com espetáculos de marionetas nos espaços públicos e que percorre, durante dois meses, 14 municípios. Essa é uma dimensão de programação que continua a existir e a fazer sentido, na medida em que permite qualificar a oferta cultural existente nos territórios possibilitando, através do trabalho em rede e da conjugação de esforços e de recursos, apresentar projetos e espetáculos, ou outras atividades que não conseguiriam ser exibidas em alguns deles, como os espetáculos internacionais e de maior escala.

A atividade da Artemrede foca-se na promoção de projetos artísticos continuados ou seja, de longa

"Considerando a diversidade dos seus territórios, defende que a atenção aos mesmos e às dinâmicas que os compõem, assim como aquilo que estes pretendem desenvolver é central"

duração que se desenvolvem a partir de residências artísticas nos territórios que integram a rede e que têm no seu cerne práticas participativas. Trabalham com as comunidades em diferentes dimensões, a partir daquilo que é a identidade e que são as memórias e as histórias das pessoas nos territórios. É exemplo disso o projeto "Meio no Meio" que se encontra no seu terceiro ano, que é financiado pelo programa PARTIS da Fundação Calouste Gulbenkian e que cruza a arte e a intervenção social. Envolve quatro municípios da Artemrede localizados na área metropolitana de Lisboa, trabalhando com jovens e adultos que vivem em territórios vulneráveis. Trabalhou ao longo de dois anos as competências artísticas através da formação em diferentes áreas artísticas e vai agora, no seu último ano, construir um espetáculo como resultado destas competências adquiridas pelos participantes.

De entre os projetos que trabalham com as comunidades a um nível local e também internacional, existe a iniciativa Visionários, a decorrer desde 2017, onde o mote é desafiar espectadores, sem uma relação profissional com o meio artístico, a participarem nas decisões culturais do seu território. Existem atualmente cerca de 10 grupos de visionários espalhados por diversos concelhos, que se encontram regularmente, assistem a determinados espetáculos e depois decidem quais aqueles que gostariam de ver nos seus territórios. No fundo, tomam decisões de um programador acerca dos espetáculos, considerando um determinado orçamento: em que contexto, em que espaço, para que tipo de público, em que horário serão exibidos. É uma iniciativa inspiradora de aproximação das pessoas à cultura e às artes. Esta iniciativa tem uma outra escala, pois integra um projeto europeu, o Be SpectACTive, financiado pelo Programa Europa Criativa. No caminho de internacionalização da Artemrede tem sido interessante perceber como fazer a ponte entre as dinâmicas locais e o espaço global. Esse projeto ancora-se naquilo que são as práticas artísticas participativas e um dos elementos fundamentais é precisamente o trabalho dos espectadores ativos, incentivando-os a participar de forma mais ativa na tarefa de programação cultural da sua comunidade.

Esta estratégia de criar pontes entre diferentes projetos que têm pontos em comum, é também um dos eixos fundamentais de um outro projeto que se encontra a iniciar, também financiado pelo programa Europa Criativa, que se chama Stronger Peripheries: A Southern Coalition.

A dimensão da capacitação continua a ser fundamental na sua atividade e é promovida na aprendizagem informal, interpares, mas também através de formação formal que continua a ser um dos seus objetivos. Assim, continuam a investir na formação ao nível das diferentes dimensões da ação cultural, como a comunicação, as técnicas de luz e de som, a programação, entre outras. Dotar os atores locais de ferramentas para exercer a sua atividade tem sido um dos elementos fundamentais da ação da rede.

"Trabalham com as comunidades em diferentes dimensões, a partir daquilo que é a identidade e que são as memórias e as histórias das pessoas nos territórios"

"Dotar os atores locais de ferramentas para exercer a sua atividade tem sido um dos elementos fundamentais da ação da rede"

Tratando-se de uma rede composta maioritariamente por municípios, importa ainda destacar uma outra dimensão que é a do debate sobre políticas culturais. Um dos momentos em que essa dimensão é mais evidente é no Fórum Político da Artemrede. É uma iniciativa organizada anualmente em que convidam autarcas e outros decisores políticos da rede e também externos, para debater de forma informal e aberta questões da política cultural local. Tem sido uma dimensão muito importante da ação da Artemrede que depois se reflete nas decisões políticas em cada um dos territórios.

REINVENTING TODAY, LOOKING FORWARD: CULTURE IN A TIME OF TRANSITION

Nancy Dubxbury

PhD, senior researcher and co-coordinator of the Cities, Cultures and Architecture Research Group at the Centre for Social Studies (CES), University of Coimbra, Portugal.

It is very interesting that Faro is embarking on this process tied to the European Capital of Culture competition in a time of pandemic, which is unprecedented in terms of contemporary cities and regions. It's a time of disruption and uncertainties that is highlighting the resilience of individuals and communities, as well as exposing weaknesses and inequities. In planning and preparing for economic and social recovery there are many questions, like: is it time for a new paradigm? Is it time for renew and revised strategies and structures and for reinventing how do we live and work together going forward? There are also other challenging questions that are expected to be addressed in this event – the first one is about the potential of culture and creativity for the development and innovation of territories and their communities. I attended a [UCLG] webinar recently in which some speakers emphasized "culture as a cornerstone of reconstruction ahead" (Enrique Avogrado, Argentina), and that sometimes "culture is the solution, sometimes culture helps us to find other solutions" (Karima Bennoune, US Special Rapporteur on Cultural Rights). These are good touchstones to remember as you go forward. Culture has both tangible and intangible aspects:

> *"Culture can be seen as an asset and resource that can help us to find distinctiveness at a globalizing world"*

- It can be **a seed of inspiration** for a range of activities;
- It can be seen as **an asset and resource** that can help us to find distinctiveness in a globalizing world;
- Cultural events, activities, etc. are **attractors of individuals** to come to a region or certain place;
- Cultural products are avatars of imaginaries **and identity** through which we can be in one place and be transported to other spaces, and;
- Culture can be seen as **a connector** among varieties of people and activities.

Looking back at a previous piece of research (in a timeline from 2003 until 2019) on how culture is related with development in smaller places and rural areas internationally, I traced the discourses that have been circulating and how they changed over time. We see that, from the beginning of the timeline examined [2003], there is a variety of research focused on cultural vitality – culture as a resource for community development and social connection – then gradually it is focused on the "rural creative class", the creators that choose to work in a rural or small city environment. In time, it's moved forward to more clearly recognizing creative economies in smaller places and, finally (and only in the last ten years) looking at the real working realities of individual creators and cultural entrepreneurs in rural areas. In the most recent period, there has been a mixing of approaches and putting the themes together, providing a widening perspective on local development and innovation – and combining research with a growing emphasis on strategy and policy.

Looking at some of the recommendations put forward in research literature on this subject of economic development at the scale of small communities:

- **There is an emphasis on individual artists** - concentrates on the needs and characteristics of artists, emphasizing policy that supports artists through affordable live-work spaces, arts centers and incubators that help artists network and become more skilled at running their businesses, and distribution of financial support to smaller arts organizations (Balfour et al. 2018);

- **An emphasis on permanent arts facilities** such as arts centers and incubators, viewing cultural assets as networks of resources and arts organizations to address localized problems and build community capacity (idem);

- **Urban-rural linkages and broader networks** (Ortiz 2017, Gonçalves et al. 2020);

- And more recently **networking across rural/remote territory** (idem), all these places connecting with one each other and building networks.

In the CREATOUR project [1], there was a focus on creative tourism (linking creation activities with tourism) and, one of the things that we found was the importance of the place where the activities were set, functioning both as an inspiration and a resource (and not just the tangible place, but the intangible elements embedded in an environment). We look at the definition of place as not only defined geographically but also defined by "meanings, sentiments and stories" (Hague & Jenkins, 2005, p. 4). We did find as well that creative tourism has significant potential for inspiring new ideas for:

- Revitalizing local culture and heritage resources;
- Reimagining community self-representation for tourism and;
- Providing social, cultural, and economic added value for smaller places.

[1] CREATOUR: Creative Tourism Destination Development in Small Cities and Rural Areas, is a national research-and-application project (2016-2020) that catalyzed creative tourism pilot projects in small cities and rural areas across four regions of Portugal (Algarve, Alentejo, Centro, and Norte).

Within a recommended policy framework **we identified five main interlinked domains that should determine short- and medium-term strategic planning measures** and while they are focused on creative tourism, these dimensions could be applied to cultural development as well. They are:

i. A focus on the **product and enterprise** development;

ii. A focus on inter-sectoral **cooperation**, networking and soft-infrastructure;

iii. **Capacity building and training;**

iv. **Communications and marketing –** communication among different type of actors and making yourself visible in a variety of contexts;

v. **Research, monitoring and industry intelligence** – creative tourism is a new field in Portugal, and it's important to know how it is developing, its challenges and successes, etc.

"It is time for preparation, research, connecting and networking, rethinking the distinctiveness of the place and people both in the past and the present, envisioning niches; really connecting sectors as well as developing exchange networks. It is also time for linking specifics of a place to global issues and urgencies"

Regarding the challenging questions, I'll try to combine two of them: **How to reinvent the cultural and creative sector in a period of resilience and economic recovery? And What are the certainties and uncertainties of the new decade for culture, creativity and innovation globally?** I would say that at this point in time, in the context of the pandemic, it is time for preparation, research, connecting and networking; rethinking the distinctiveness of the place and people both in the past and the present; envisioning niches; and really connecting sectors as well as developing exchange networks. It is also time for linking specifics of a place to global issues and urgencies that are coming alone.

Looking at some of the documents that have been produced during the last year regarding the impact of the Covid-19 pandemic, specifically for the creative and cultural sector, we see that **there is a need for reinventing and looking forward** beyond a recovery approach.

In a recent report [2] four key interlinked dimensions were highlighted:

[2] European Parliament (2021). European Parliament study - Cultural and creative sectors in post-COVID-19 Europe: Crisis effects and policy recommendations.

i. **The nature of the CCI sector** - which is fragmented, with small and medium-sized enterprises, freelancers and other small actors, a need for structural reinvention and there are some observations about how there has been a global breakdown of production chains;

ii. There are **financing and compensation** issues – precarity, income breakdown and low access to credit;

iii. **Technology**, with particular mention of two points – in order to become fully digital impels huge investments in tools and skills for producers, which links to the financial problems previously indicated, and the other one is that customers are not accustomed to pay for digital content;

iv. **Social and personal valuation of culture–** the pandemic revealed the critical role of culture on social cohesion and psychological well-being, pointing to the importance of developing strategic complementarities with other sectors, such as education and welfare.

Another context to consider – more from a community building perspective – is **the shift in how culture is viewed, which we have seen in the areas of cultural mapping, planning and impact assessment.** In cultural mapping, for instance, we see a transition between a focus on the survey and inventory of tangible and intangible cultural assets comprising a creative/cultural sector, to something more akin to "cultural DNA mapping," identifying and connecting distinctive local features, special aspects and meanings, and personal and collective attachments to a place. **These broader conceptions of culture will likely play a big role on planning and thinking moving forward.**

When we think about what are the certainties and uncertainties of the new decade for culture, creativity and innovation globally, **we see that this last year provided a moment to rethink the individual and society**. People have increasingly positioned themselves as active agents in society, searching for meaningfulness and striving for self-expression. All of a sudden, our social foundations and expectations have been shatered – so what happens next? How do we define self-identity in this shattered environment? **Other big contexts are climate change and environmental destruction.** There is a fear of "racing back to 'normal'" after the worse of the pandemic passes. **With growing uncertainties and pressing realities within this context, the growing work on culture as a core dimension of sustainability can be a key driver of societal transition** if activated strategically.

There is also a third macro factor, that of **tackling social inequities, vulnerabilities, insecurities, and societal relationships** (including poverty, social tensions, and conflicts). These are things that also escalated during the pandemic and will need to be addressed seriously, moving forward.

And the fourth question is: What collective discussions are necessary to promote authen-

tic and transformative learning actions and experiences? **I really think that this is about having authentic conversations about how people are feeling and how they see themselves**, how they see their future (individual and collectively), how they are connected to a place, what are the issues of their time, and how they are actively engaged or would like to be actively engaged moving forward.

There are also some factors to consider. It would be very interesting to look at creative processes and be inspired by them and, in terms of structuring of these collective discussions, they should have a compelling vision that is also grounded in (collective) research, contemplation, and reflection – and then take a huge risk and enable the not-known to materialize, to enable a transformation to occur within this process.

Artists and larger cultural systems of society are fundamental. They are leaders in the cultural field by nature: they are the experimenters, the innovators. They take the pieces from society today and from the past and with their vision bring them into a new form. Also, artistic processes, artists and the way how they work are inspiring models for other types of activities, so they play key roles and they need a space of freedom and exploration to work.

> *"There is a growing desire to meet the place, to be in the place and to embark on meaningful travels connecting people in different parts of the world – in a responsible way"*

During the pandemic, many people have been thinking about mass tourism – and there is a chance to rethink what happens next. There are some cities, like Barcelona, that are actively rethinking their policies in order to change what will happen going forward. I have recently completed a book [3] with several people around the world, looking at connections between cultural sustainability and alternative tourism. What is emerging is the desire to travel, but not to be a tourist. There is a growing desire to meet the place, to be in the place and to embark on meaningful travels connecting people in different parts of the world – in a responsible way. This means that by being there, one doesn't cause damages, and tourism can be a vehicle for positive things to come. It's a huge challenge, but if there is a chance for communities to have a say and to choose the type of tourism they want, and to have travelers say that they are here to meet a place and to participate in a positive meaningful way, things can incrementally change in positive directions. **Locally (or regionally), we have to start to develop, perhaps, a hundred different things that one can do and experience** in order to have that diversification of small-scale activities that can make communities and participants part of the picture.

Aceda aqui à apresentação da convidada.

[3] Duxbury, N. (Ed.) (2021). Cultural Sustainability, Tourism, and Development: (Re)articulations in Tourism Contexts. London: Routledge.

A CULTURA, UM FATOR PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALGARVE

Jordi Pardo

Gestor de projetos culturais, especialista em intervenção urbana e projetos de gestão do património. Perito independente da Comissão Europeia para a avaliação e seleção de Capitais Europeias da Cultura (ECOC).

A Comunidade Intermunicipal do Algarve tem uma grande oportunidade. Como diziam os gregos, uma crise é também uma oportunidade de regeneração. A dependência de 80% da atividade económica do turismo é um desafio mas se existir uma visão estruturada, utilizar a cultura e a estratégia da Capital Europeia enquanto processo, mais do que apenas o objetivo em si de ganhar, pode ajudar a organizar e a gerir de forma inteligente o potencial e os recursos culturais do território do Algarve.

Falo-vos não enquanto teórico, mas enquanto praticante. Tive a sorte de trabalhar em projetos de reativação urbana não só em Espanha mas também em países da América do Sul e na Europa, portanto a minha comunicação incidirá sobre aspetos que são oportunidades, no caso do Algarve.

A pandemia virá, evidentemente, alterar muitas coisas mas refletindo sobre Barcelona, há 40 anos praticamente não tinha turismo e graças ao posicionamento da cidade, aos jogos olímpicos, à renovação urbana, cresceu a ampliou as suas possibilidades no que se chama a atividade do conhecimento: a atividade farmacêutica, de novas energias, de novas tecnologias, tudo isso é importante. Com o seu nível de exportações e liderança tornou-se, em 2014, Capital Europeia da Inovação. Isso foi acompanhado de um fenómeno que é o crescimento turístico. Há 40 anos atrás não havia turismo. Coloco uma questão essencial: qual foi o elemento estratégico que mudou Barcelona posicionando-a como uma cidade atrativa do ponto de vista dos negócios, para se viver e também altamente competitiva? Pois bem, o ingrediente fundamental e sem o qual isto não teria sido possível, além das infraestruturas, da visão aberta e do desenvolvimento urbanístico avançado, foi a cultura.

"Também a regeneração urbana de territórios marginalizados, de bairros degradados pode ocorrer graças à inclusão da cultura, assim como também o desenvolvimento dos territórios do interior"

Também a regeneração urbana de territórios marginalizados, de bairros degradados pode ocorrer graças à inclusão da cultura, assim como também o desenvolvimento dos territórios do interior.

Já verifiquei isto em territórios muito diferentes, nos quais a cultura é um elemento fundamental. Vou centrar-me num exemplo específico que mostra como a cultura pode não só gerar impacto, mas também produto interno bruto, atratividade e competitividade, mas antes coloco outra questão referente à inovação e ao valor da cultura: em que medida os outros setores económicos que beneficiam da cultura financiam ou colabora com o desenvolvimento da mesma? Pois bem, todos os projetos têm uma dimensão cultural, social e económica e a competitividade que se pode obter a partir da cultura é fundamental, pois ela cria atratividade, impulsiona a inovação, o talento e permite cidades ou territórios rurais mais habitáveis e com maior autoestima. Esta é uma oportunidade que as regiões, nomeadamente uma região turística como o Algarve, podem abordar. Estas 3 dimensões, a económica, a criativa e cultural e a social, formam parte de um todo. Uma gestão com esta visão aberta pode levar à mudança. John Hawkes, há uns anos atrás, incorporou um quarto pilar essencial para o desenvolvimento sustentável, passando a estar considerada a cultura a par da economia, do social e do meio-ambiente. No mapa de atividades da economia criativa de Barcelona existem muitas atividades, desde o lazer e entretenimento, a moda, o património, o urbanismo, a criação artística, às festas tradicionais e isso gera impacto, nomeadamente porque representa 12% do produto interno bruto (PIB). O turismo, que representa 15% do PIB, não seria possível sem a oferta cultural formal, informal, os museus, a qualidade do espaço urbano, a gastronomia, entre outros. **Quando um bairro ou uma região se posicionam no seu país, na Europa e no mundo, podem transcender para além de serem lugares atrativos, passando a ser lugares onde se impulsionam atividades criativas e, quando isso se aplica de forma escalável e sistemática, podemos então falar de cidades inovadoras.** É o caso de Barcelona pelo facto de ter infraestruturas, de ser um local apetecível e com bom clima. O bom clima do Algarve pode ser um elemento para que muitas empresas tenham aí a sua sede. Esse é o caminho, passando do atrativo (como é o clima e a paisagem), a cidade, bairro ou região criativa e daí passar a liderar processos de inovação.

Tudo **isto constrói-se numa combinação entre cooperação estratégica, projetos e ações e o envolvimento de atores-chave** do território, incorporando as duas abordagens simultaneamente: top-down e bottom-up.

Outra questão importante é: vamos continuar a criar modelos turísticos iguais aos anteriores? Certamente que este é um momento fundamental para inovar e para criar modelos turísticos distintos. O projeto 22@Barcelona é um exemplo de como a cultura com tecnologia e gestão podem permitir que um bairro degradado e abandonado, como é o caso de um bairro industrial de Espanha, seja transformado numa zona de inovação. Esse projeto arrancou há 20 anos e o que se pretendia era involucrar uma área de 200 hectares, num processo de regeneração urbana com atividades de inovação, tecnologia e economia criativa, devolvendo esse local à cidade enquanto espaço público. Atualmente vivem lá quase 100 mil

"A competitividade que se pode obter a partir da cultura é fundamental, pois ela cria atratividade, impulsiona a inovação, o talento e permite cidades ou territórios rurais mais habitáveis e com maior autoestima"

pessoas e é uma das áreas mais atrativas para atividades relacionadas com a cultura e a economia criativa, mas no seu arranque debatiam-se com constrangimentos como o envelhecimento da população, o despovoamento, a redução da atividade económica e o desenvolvimento de atividades marginais, insegurança e degradação urbana. No processo de regeneração urbana procedeu-se também à recuperação dos polos industriais, criaram-se mais de 90 mil postos de trabalho e sedearam-se aí empresas, das quais mais de 1500 são de economia criativa. A zona foi recuperada e resgatou-se o seu passado histórico para o espaço público, sendo atualmente uma zona atrativa. Ainda que não esteja diretamente relacionado com o Algarve, este exemplo mostra como a cultura, quando existem visões integradas e transdisciplinares e é utilizada de forma inteligente, torna possível mobilizar e colocar no mapa os territórios.

"Vamos continuar a criar modelos turísticos iguais aos anteriores? Certamente que este é um momento fundamental para inovar e para criar modelos turísticos distintos"

A Capital Europeia da Cultura é um título reconhecido mas tão importante quanto esse resultado final é o processo, pois esse sim pode levar a uma mudança, graças à visão que a cultura acrescenta. Muitas das cidades que não ganharam o título mudaram a sua situação graças justamente a esse visão aberta do papel importante da cultura.

A cultura não é um gasto, é um investimento. Espanha investe 1 a 2% de orçamento público com cultura e tem um impacto no PIB de 3 e 4%. Nesse seguimento, uma questão mais: seria possível o turismo em Espanha sem o investimento na cultura? Portanto, enquanto defensor do projeto europeu, diria que é importante aprender com as boas práticas e garantir um valor de cultura per capita homologável, porque a cultura é um direito, não é só uma questão decorativa, tem capacidade e dimensão de transformação social e económica. Ao mesmo tempo, além do financiamento básico da cultura, é essencial dispor dos instrumentos fiscais para incentivar o patrocínio e o mecenato.

Outra questão fundamental é a mudança de mentalidade. O setor turístico em Barcelona, no Algarve ou onde seja, vai repetir os mesmos erros e continuar a reproduzir os mesmos modelos de gestão turística, que são insustentáveis? **O Algarve tem uma enorme possibilidade de se posicionar no mundo e na europa através da cultura** mas tem que inovar no modelo turístico e diversificar as suas atividades culturais e económicas.

Além do mais, o **papel dos artistas e dos criadores é fundamental.** Tem que haver um equilíbrio entre a gestão do património, das tradições, da criatividade contemporânea, mas permitam-me apontar aquilo que foi fruto de um processo importante de reflexão na Catalunha, em Barcelona, que é: qual é a principal debilidade dos setores da cultura? A principal debilidade é a ausência de uma visão partilhada dos diferentes setores. Quando digo setores refiro-me à música, ao audiovisual, as artes plásticas, a gestão do património, etc. **A maior debilidade é que cada um puxa para seu lado. O peso dos egos e a visão fechada gera debilidades conjuntas.** Os setores culturais juntos formam um ecossistema e se são mais débeis é justamente porque falta uma visão partilhada. Todos geram valor e todos necessitam de financiamento e de oportunidades.

Devemos conectar a criatividade com a tradição, rompendo com as narrativas mas, simultaneamente, compartilhando a visão de que os diferentes setores na cultura integram o mesmo ecossistema. Há muitas coisas que nos separam, mas devemos encontrar união naquilo que temos em comum.

Aceda aqui à apresentação do convidado.

"Os setores culturais juntos formam um ecossistema e se são mais débeis é justamente porque falta uma visão partilhada"

Nota: Esta comunicação foi traduzida de Espanhol para Português.

#TALK 1

DEBATE

Agatha Bulha: Um dos maiores desafios pode estar relacionado com o financiamento. O investimento público é limitado. Não deveríamos rever o investimento privado de apoio à cultura?

Nancy Duxbury (traduzido): O financiamento é sempre uma questão e especialmente crítica à medida que avançamos. Questiona-se o financiamento na superação desta crise pandémica que vivemos e como a cultura pode apoiar no desenvolvimento daqui para a frente. Na perspetiva do financiamento público a cultura deve ser integrada especialmente nas questões prementes que surgem. É necessário sensibilizar para a importância da cultura até mesmo no ponto de vista da sociabilidade e da conexão comunitária. O desafio para todos será encontrar os recursos. Com o encerramento do turismo, todas as empresas vão ter que pensar como podem alocar recursos. É preciso perceber os recursos que estão disponíveis, como serão potenciados e como podemos pensar mais localmente. Do ponto de vista privado deve haver uma preocupação com o desenvolvimento de parcerias de forma a que existam sistemas que podem ser desenvolvidos em comum, nomeadamente para que possam ser partilhados recursos a nível local ou regional.

Marta Martins: Concordo com a Nancy e na verdade aquilo que nós concebemos enquanto desenvolvimento tem ser numa concepção holística, de desenvolvimento que integra os fatores económicos, sociais, ecológicos, culturais. Quando trabalhamos as políticas públicas a cultura deve aparecer não apenas com uma dimensão autónoma (e deve existir um orçamento próprio para a cultura, para financiar a criação artística, para proteger o património, para desenvolver as competências artísticas, etc), mas esta também deve estar integrada noutras políticas, não necessariamente como instrumento mas sim numa efetiva cooperação entre diferentes agendas. Por exemplo, quando estamos a trabalhar a agenda climática, a cultura pode ter um papel importante nomeadamente no chamar a atenção para a necessidade de valorizar, reconhecer e proteger aquilo que são as práticas tradicionais que existem localmente e que estão ameaçadas devido à invasão da indústria massiva. Pode, por exemplo, contribuir para a agenda da igualdade de género! Portanto, de que forma é que as agendas culturais quando estão a trabalhar para os seus públicos têm em conta as diferenças de participação no que respeita ao género? Quais são os obstáculos à participação dos seus públicos? Esses obstáculos estão identificados? Existem instrumentos para ultrapassar esses obstáculos? Existe uma necessidade de cooperação entre diferentes agendas e de facto o financiamento para a cultura pode vir de outras dimensões da atividade pública e não apenas daquilo que é reservado à cultura.

Vasco Vidigal: Qual a importância que atribui aos artistas no contexto do que é englobado pela cultura? Qual a importância que atribui ao respeito pela liberdade artística por parte das instituições oficiais com responsabilidade no fomento da atividade artística?

Jordi Pardo (traduzido): O papel dos artistas e dos criadores é fundamental. Tem que haver um equilíbrio entre a gestão do património, da memória, das tradições com a criatividade contemporânea... esse equilíbrio é fundamental. Mas permitiam-me questionar (e isto é resultado de um processo de reflexão que fizemos na Catalunha), qual é a principal debilidade dos setores da cultura? A maior debilidade é a inexistência de uma visão partilhada. O peso dos egos, dos interesses específicos e de uma visão fechada gera debilidades conjuntas e os setores culturais juntos formam um ecossistema. Se são mais débeis é justamente porque não têm uma visão partilhada. Todos têm necessidades e precisam de financiamento e de oportunidades. Respondendo à segunda questão, a liberdade dos artistas é fundamental, devemos conectar a criatividade com a tradição, rompendo visões, criando novas narrativas, mas ao mesmo tempo é importante que todos partilhem a visão de que os diferentes setores são parte de um mesmo ecossistema e conseguem gerar valor. Devemos encontrar união na agenda comum e nos aspetos que temos em comum.

Marta Martins: Os artistas são fundamentais na medida em que têm o papel de nos fazer questionar e também imaginar novos mundos e novos caminhos. Nessa medida concordo com o Jordi que é importante encararmos tudo isto como um trabalho de cooperação entre diferentes atores neste que é o ecossistema cultural. Portanto, o trabalho dos artistas é essencial mas também o de todos aqueles que contribuem para esse ecossistema, como as instituições públicas ou privadas, os gestores, os técnicos, os mediadores. É importante encarar isto como um trabalho participado e conjunto, tendo em vista o cumprimento de um objetivo comum.

Nancy Duxbury (traduzido): Por natureza os artistas são líderes no campo cultural. São os inovadores, os experimentadores que passam as suas próprias visões sobre a sociedade nos seus processos artísticos sob uma nova forma. A forma como os artistas funcionam, assim como os seus processos criativos, funciona como uma espécie de inspiração para outras atividades e trabalho noutros sistemas logo, como indivíduos desempenham papéis chave e pela forma como criam, precisam de espaços de liberdade, de trabalho e de experimentação. Ao mesmo tempo estão intimamente ligados ao sistema cultural alargado e às dinâmicas que tomam lugar na sociedade.

Agatha Bulha: Concordo que o modelo turístico não vai igual (e ainda bem!) e deverão haver políticas conjuntas da cultura e do turismo. Como vê a política conjunta enquanto instrumento de desenvolvimento?

Nancy Duxbury: Acha que temos sido condicionados a ver o turismo como em massa e que esta é uma oportunidade para repensar os parâmetros e as políticas para mudar o que irá acontecer daqui para a frente. Grandes cidades como Barcelona estão ativamente a repensar os parâmetros e as políticas de forma a alterar o que acontecerá daqui para a frente. Nos meus trabalhos de investigação sobre diferentes formas de turismo, sobre formas alternativas e sustentáveis de turismo e cultura, percebo que há um desejo crescente de viajar mas de não ser um turista. Parece haver um interesse crescente em conhecer o local, em realizar viagens com significado que unificam as pessoas em diferentes partes do mundo mas de forma responsável e sem causar danos. Há um grande desafio sobre o que fazer no turismo em massa, mas as comunidades a quem é dada a oportunidade de ter uma opção, as pessoas querem conhecer o local real e participar de forma positiva e com significado. As coisas estão a avançar nesse sentido, por isso o turismo deve ser pensado em termos de diversificação de atividades, de eventos e de participantes.

#TALK 2

3 PASSOS PARA A GOVERNANÇA CULTURAL

28 DE ABRIL

Cultura
Algarve
Horizonte
2030

#TALK 2

COMUNICAÇÕES

Ruth Melville

Cristina Ferreira

Gijs de Vries

Evento moderado por:
Alexandra Gonçalves, Diretora da Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo (ESGHT) da Universidade do Algarve

THE ROLE OF EVALUATION WITHIN CULTURAL GOVERNANCE: LESSONS FROM THE EUROPEAN CAPITAL OF CULTURE PROGRAM

Ruth Melville

Freelance researcher and cultural policy practitioner

In this talk, I will speak about the role of evaluation within cultural governance and I will outline my views on the potential of evaluation as an agent and a motivator of change. I will address this using my own work and lessons learned from the European Capital of Cultural programs but also other artistic programs. My background is involvement in European Capitals of Culture and in Impacts 08, a five-year research program where we really had time to reflect on how to understand the impacts of cultural programs, and also to consider the role of research and evaluation in the creation of impact, the creation of trust, in transparency and also the co-creation of impact. I have also been involved in other programs, such as Aarhus, also a long-term evaluation (of 8 years). Amongst other things, I am also working as an evaluator or 'Critical Friend' for a range of UK arts organizations and programs. It is this role, the insider-outsider friend and challenge, which is one of my suggestions around how to develop the evaluation role for major cultural programs.

I will start by asking, **'What is the purpose of evaluation within cultural programs?'**:

> *"Evaluation should or can be a force for changing challenging assumptions"*

- **I completely believe in its role in terms of checking and auditing**: this is public money, it is important to ensure the program is going the right way and doing what it should be doing;
- I think **it's important that the evaluation is** able to show the impact at the end, however
- If evaluation is to have it's full value, **it should be about understanding what works and thus affecting what works**, so having more of the things that work and less of the things that do not work – to put it in a simple way.

I will argue that evaluation should or can be a force for changing challenging assumptions and I am talking here about co-creating understanding of outcomes and involving all stakeholders, including the public beyond culture and the private sector in thinking about, 'What is working? Who is defining what "working" looks like? What does working mean? Why is it working?' and the impacts. We talk about different types of impacts and the importance of understanding the value of a program and that major programs like the Euro-

pean Capital of Culture or other major programs for policies as a whole is by considering that there are multiple impacts and sometimes they contradict each other. Sometimes you must have one impact at the cost of another and actually get involved in a question and a discussion around what matters the most. I think evaluation seeks not to conclude, but to open up these discussions by asking the questions.

It has also the role of co-creating understanding of practice and the process. So, what is it about how we are running things that is effective? This is around governance, around who makes decisions, and where and what level decisions are made at. What works? What's effective and also what's challenging? Where are the moments of difficulty and challenge? Evaluation again can help to pull out those moments, to spot them, because it is when something is hard that we can learn and make it better. We are talking here about the value of high-quality work in a range of meanings, from the moments of high inspiration to work that impacts on everyday life to the sense of complete and utter engagement of hundreds of people within something. Who is really making the decisions?

To finish, I will just talk about the **two major areas that I think make evaluation work. The first, I will argue, is an holistic approach**. As I said, working on Impacts 08 we were based at a university (at two universities, actually!) - the program was partially funded by the delivery body, which was the City Council, but it was also funded by the university and that gave us the space and distance that allowed us to ask challenging questions and also allowed us to set the parameters of what we were studying. If I am honest, initially the local council wanted us to study financial value, that is how many additional tourists the program attracted, maybe a bit of spend and probably the number of local people who got involved. A focus on the economics and the economy. But **because we had this time to think and explore ideas, because we started earlier, because we had the freedom to think about it**, we developed this range or spectrum of impact areas: cultural vibrancy, economy and tourism, image and perceptions, access and participation, governance and delivery. In a longer time period (of 10 years), we added well-being and built heritage.

Some of this resulted from the limitations arising from the time it takes for impact data to come through. Impacts 08 was beginning to notice some impacts of the 2000-2008 programmes that were just emerging ten years later, and this is another thing: when do we stop measuring? When do we think we are there?

I would recommend use of the impact areas we came up not necessarily as something to use directly, but as a way of but challenging you to consider if you have really thought about all the multiple impacts your program might have:

- **Economy and tourism** is about services, visitor trends, investment, employment;

"Evaluation seeks not to conclude, but to open up these discussions by asking the questions"

- **Cultural vibrance** is about creativity, consumption, production;
- **Access and participation** is very important - it's about inclusion, outreach and diversity, and if you want to have maximum impact you want the widest range of people to come;
- **Image and perception** - in the case of Liverpool, this allowed us to see how people in the UK and in the world changed their view of Liverpool. So it is related to media coverage and people's views and to the assumptions that are made from a place and how they shift overtime, and also what changes in the views of people from Liverpool. This has a lot of impact in terms of their confidence to do other things.
- **Governance and delivery** - we looked for what they were trying to do, what their aims were, what changes they were trying to make, how they were trying to do it and how they had worked.
- **Well-being** - relating to the quality of life;
- **Built heritage** is about public realm and sustainability.

The second way I would suggest you make it work is about embedding learning. Evaluation is not a separate thing either done at the end of a program or even alongside, is about the responsibility of engaging with the governance and the delivery team to build a trust relationship. But it needs to be at some distance and that's why I use the term 'critical friend': you are part of it, but you have this ability to be an outsider as well.

It is important that through this relationship there is an understanding of the value of sharing what does not work as well as what works – allowing that failure leads to innovation. One of the roles of evaluation would be to help the governments to really understand the value of sharing and accepting risk.
It is also really important to develop good monitoring, because in doing so you can understand what is happening and manage information for intelligence and planning. This allows you to understand much earlier what is working or not and to change the way things are working by chan-

"Evaluation is not a separate thing either done at the end of a program or even alongside, is about the responsibility of engaging with the governance and the delivery team to build a trust relationship"

ge the way things are working by adapting what you are doing. The best way to do it is

- **to use intelligence and findings** within reflection sessions for learning and spotting new opportunities around delivery;
- **to use interim analysis of learning** – share internally informally as well as externally and, once again, accept that findings don't have to be fully formed to be useful for progress;
- to offer **spaces where multiple voices** can challenge assumptions;
- and to **appreciate the value that evaluation can have** in linking to the wider research community. Evaluation is one thing, but research is really important and takes the thinking forward in all areas.

My overall conclusions are that **evaluation has a strong role to play in supporting effective governance, transparency and trust development**. It is about challenging and supporting a program to work and to innovate – as well as checking if it does - and also about the importance of taking a holistic approach to the range of impacts of a program and an embedded approach to evaluation – from the start, in partnership with the program, but with enough distance to add some challenge.

Aceda aqui à apresentação da convidada.

DA IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS CULTURAIS EM SENTIDO AMPLO

Cristina Farinha

Especialista independente, políticas culturais e criativas

Acredita que a cultura é uma área estratégica para o desenvolvimento urbano e territorial. Na sua intervenção pretende dar conta da importância do desenvolvimento de estratégias concertadas para o setor cultural e criativo reforçando a necessidade de planeamento, de cooperação e de governança a nível regional nesta área. Vai procurar elencar um conjunto de ideias chave e etapas que lhe parecem essenciais para justificar a importância desta premissa e também para permitir o contexto necessário para a implementação destas políticas.

Reconhece que o processo que a AMAL está a encetar é oportuno e até pioneiro, na medida em que em Portugal, bem como em muitos outros países Europeus não é assim tão comum a existência de políticas culturais a nível local e regional. Tendo por base a sua experiência de trabalho com as Capitais Europeias da Cultura em diversos países Europeus, nos seis anos em que integrou júri internacional, e sendo a elaboração e a aprovação de uma estratégica cultural de longo prazo um dos requisitos do programa, verificou que muitas das cidades candidatas aprovaram pela primeira vez as suas estratégias culturais no âmbito da candidatura. Assim, não é ainda uma prática corrente fazer-se este tipo de planeamento estratégico na área da cultura de norte a sul da Europa.

> ***"A cultura pode ter um impacto a nível económico, não apenas no setor do turismo, mas em todos os setores económicos sobretudo se houver houver um incentivo à produção e criação local"***

A primeira etapa é a **necessidade de reconhecimento de um conceito de cultura em sentido amplo, enquanto área política estratégica com impactos transversais no desenvolvimento das sociedades e dos territórios**. São as pessoas que fazem os territórios e lhes dão mais-valia. A cultura pode ter um impacto a nível económico, não apenas no setor do turismo, mas em todos os setores económicos, sobretudo se houver houver um incentivo à produção e criação local, bem como a capacitação e não apenas a importação de obras em tournée ou a contratação de serviços externos. A cultura pode também ter um impacto a nível social (contribuindo para a inclusão), para a área da saúde (nomeadamente a saúde mental em especial), e ao nível das questões ambi-

entais (onde a mudança de comportamento é essencial, pois a cultura é o ponto de partida para que a mudança seja possível). Quando olhamos para o mundo hoje, em contexto de pandemia, apercebemo-nos que as políticas culturais em sentido amplo são ainda mais prementes, por referência aos valores universais consagrados na Constituição, na Declaração dos Direitos Humanos e até mesmo nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, por relação com os desafios atuais ao nível da justiça social, igualdade, da diversidade e tantos outros. A cultura pode contribuir para a expressão livre e crítica, para a participação e para mudar hábitos em termos do nosso desenvolvimento sustentável. Todavia, no senso-comum, **para cidadãos , governantes e até para alguns profissionais do setor cultural e criativo, prevalece a ideia da cultura num sentido mais restrito, como entretenimento, como um gasto e não um investimento essencial**. O reconhecimento da cultura em sentido amplo é uma etapa complexa e é também o papel da avaliação e da monitorização revelar dados que mostrem o seu impacto, assim como é o papel da educação e da comunicação dar conta desta noção mais ampla.

"Quando olhamos para o mundo hoje, em contexto de pandemia, apercebemo-nos que as políticas culturais em sentido amplo são ainda mais prementes, por referência aos valores universais consagrados na Constituição, na Declaração dos Direitos Humanos e até mesmo nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas"

Entendendo a cultura no sentido amplo, o próximo passo é a **coordenação entre áreas diversas** e fala-se aqui de promover a relação da cultura com outras áreas da governação e outros setores da economia. Esta é também uma etapa difícil, na medida em que estamos habituados a funcionar em espaços fechados, em territórios e disciplinas que não comunicam. Em organizações com estruturas rígidas e de grande dimensão como são por vezes as públicas, não é fácil implementar esta mudança, mas trata-se de um processo essencial, desenvolver a partilha e a coordenação. Em jeito de exemplo, não podemos ter um discurso no lado da cultura pela promoção de espaços públicos, verdes, na cidade, para o convívio, para a prática desportiva, para a fruição cultural e em simultâneo, ao nível do urbanismo, favorecermos a construção desregrada que vai diminuir os espaços de acesso e vivência coletiva. **Tem que existir uma coordenação entre todas as áreas à volta de uma visão que é comum e para a qual todas concorrem.** Temos que ter uma visão holística da forma como fazemos a política.

Um terceiro passo é a **necessidade de entender a cultura como um investimento de longo-prazo.** A criação artística e a criatividade resultam de processos de experimentação e de prototipagem e para tal precisam de recursos financeiros, logísticos, materiais, entre outros. Se aceitamos que a investigação científica necessita de processos de tentativa e erro, de somas avultadas e também de tempo para chegar a algo credível e que dá retorno, porque é que consideramos que para a arte basta ar e vento para produzir

obras primas? **A investigação artística e criativa deve ser reconhecida como investigação, embora não necessariamente nos mesmos moldes que a académica e científica.** A criação requere liberdade de expressão e dos constrangimentos do mercado e daí a necessidade de a encarar como um investimento público. Tem-se investido e bem ao nível das competências de gestão, do empreendedorismo mas a capacidade de gerir e tornar-se mais sustentável, não substitui a necessidade de investir publicamente na cultura.

A partir daqui deduzimos também uma quarta etapa, relacionada com a necessidade de planeamento e de estratégias para a política cultural. **Para além de um documento técnico, importa assumir e aprovar uma política de facto.** O programa das Capitais Europeias da Cultura exige a aprovação do plano estratégico para a cultura em Assembleia Municipal, para que este seja resultado de um compromisso político, de preferência aprovado por unanimidade. Esta exigência é uma tentativa de garantir a continuidade, um compromisso que vai além dos ciclos políticos que são curtos demais para a atuação na área cultural. Em inglês as palavras policy e politics são distintas, mas têm a mesma tradução numa só palavra em português, que é política, embora com significados diferentes. **Quando falamos em policy, referimo-nos a um processo que é levado a cabo para resolver necessidades identificadas. É um plano de pensamento estratégico, com visão e objetivos e também de ação.** O termo policy distingue-se de politics pois este refere-se à ação política e partidária, que tem ciclos mais curtos. Por isso as Capitais Europeias da Cultura exigem estratégias que vão além do ano da Capital Europeia da Cultura. As estratégias são compostas por diagnóstico, objetivos, ações, orçamentos, portanto trata-se de um investimento a longo prazo. A estabilidade que resulta de saber que temos recursos para trabalhar a longo prazo permite um outro nível de dedicação e outros resultados. A definição de impactos, indicadores e a avaliação são fundamentais. Precisamos compreender os resultados dos nossos investimentos, dos nossos processos e aprender com eles, demonstrando o papel da cultura. Daqui resulta também a necessidade de ver a **política cultural como um processo que deve ser participado ou seja, com uma governação que é dialogante**. Nas Capitais Europeias da Cultura o júri além de perguntar qual é a política, também questiona quem participou na sua elaboração. Já não estamos num tempo de fazer política à porta fechada, entregue a consultores. A política corresponde a um plano de pensamento, mas também de ação que será implementado logo, os diferentes atores e forças vivas têm que reconhecer e sentir as políticas como suas para poderem colaborar. A sua implicação desde o início, esse estímulo à participação, é essencial nas democracias atuais.

Esta nova forma de governação vai exigir a **organização coletiva do setor**, para que este tenha representatividade a várias vozes junto das autoridades. Trata-se de um caminho ainda longo a percorrer, acelerado pela pandemia na medida em que foram dados passos importantes neste sentido em Portugal, mas o setor cultural e criati-

"A definição de impactos, indicadores e a avaliação são fundamentais. Precisamos compreender os resultados dos nossos investimentos, dos nossos processos e aprender com eles, demonstrando o papel da cultura"

tivo continua com necessidade de reforçar a sua organização coletiva. Outra consequência é o **entendimento das autoridades, de âmbito local ou regional, enquanto facilitadoras,** enquanto entidades que asseguram os meios e as condições para que a implementação da estratégia ocorra. As autoridades definem a política em conjunto com os cidadãos e forças vivas, mas deixam a implementação para os profissionais. A implementação deve ser um resultado de parcerias entre o público e o privado, entendendo a sociedade civil como capaz de executar.

Para terminar, um outro passo é a **cooperação entre territórios e níveis políticos e administrativos**. Além da articulação entre diferentes áreas e setores que foi supra referida, é necessário que ela ocorra também entre municípios, entre regiões e também internacionalmente. As economias de escala são absolutamente necessárias e por isso nas artes de espetáculo e no cinema se trabalha com coproduções. Na maioria dos casos o nível municipal é demasiado pequeno para ter a massa crítica necessária, seja ao nível dos profissionais, seja dos públicos, pelo que a ideia de competição deve ser ultrapassada para se pensar na ideia de cooperação.

"Na maioria dos casos o nível municipal é demasiado pequeno para ter a massa crítica necessária, seja ao nível dos profissionais, seja dos públicos, pelo que a ideia de competição deve ser ultrapassada para se pensar na ideia de cooperação"

Em último lugar, importa referir o nível internacional. **Os municípios e as regiões são cada vez mais atores internacionais.** A diplomacia não é mais apenas uma responsabilidade exclusiva do Estado Central. A União Europeia já percebeu a relevância do papel das cidades e das regiões para o processo de integração Europeia e portanto os atores locais são cada vez mais tidos em conta nas políticas e nos programas Europeus. A divisão entre o local e o internacional está hoje em dia a diluir-se. Nós podemos e devemos desenvolver projetos e políticas enraizadas no local em convivência e aprendizagem com outros parceiros Europeus ou de outras partes do mundo, no sentido de partilhar desafios e soluções. A Capital Europeia da Cultura é um programa excelente para motivar estas parcerias e esta ligação e é importante que esta comunidade internacional seja algo cada vez mais natural, num mundo globalizado.

FARO: A EUROPEAN CULTURAL CITY WITH A GLOBAL OUTLOOK

Gijs de Vries

Visiting Senior Fellow at European Institute of the London School of Economics and Political Science (LSE)
Independent expert responsible for the report "Culture and the Sustainable Development Goals: Challenges and Opportunities" of Voices of Culture. The Structured Dialogue between the European Commission and the Cultural Sector

I was asked to say a few words about the role of culture at local level in the context of the global discussion on culture as part of the agenda for sustainable development (the Sustainable Development Goals, SDGs). I will briefly touch upon four questions:

i. **What are the Sustainable Development Goals?**
ii. **What is the role of culture in this global agenda?**
iii. **What does the European Union (EU) think about this process? Why does the EU think the Sustainable Development Goals are important - and culture as part of that agenda?**
iv. **What can the role of cities be and what could Faro perhaps do to integrate the SDGs into its proposal?**

Regarding the first question, the SDGs constitute an agenda for the whole world, agreed in 2015 by all the 193 States of the United Nations (UN). They consist on seventeen goals running from eradication of hunger to fighting corruption, from improving education to improving economic wellbeing. The 17 subject areas contain 169 targets so it is a very detailed agenda. In fact, this agenda is the most ambitious policy agenda the world has ever seen; it promises to leave literally no one behind. Personally speaking, I find it a wonderfully uplifting and encouraging sign that the world has united around these 17 objectives. They are new in several aspects. First, they don't only address poor countries. Previous UN development strategies were addressed mostly to the global South, but this agenda is also binding for the global North. Secondly, these goals address not only governments but all of us as human beings, whether we work in business, in non-governmental organizations, in universities, as journalists, whatever. We are all invited to contribute to this agenda. And thirdly, as I mentioned before, culture is part of this agenda, particularly in Sustainable Development Goal 11, which talks about urban regeneration and the importance of cultural heritage as an economic, social and cultural priority for local communities. SDG 11 also mentions the importance of culture for international cooperation and intercultural understanding.

So, where exactly do we find culture in this agenda? In addition to the explicit reference to cultural and natural heritage in SDG 11 there are several other Goals which implicitly address cultural institutions,

artists, and policy-makers. For example: Sustainable Development Goal 4 (education). What governments can do is improve arts education and citizenship education so that values such as intercultural understanding are part of the curriculum. Cultural policy can also promote gender equality (SDG 5): in many sectors, including culture, women are often still not in an equal position to men. Arts therapy can contribute to local and global health (SDG 3). Then there is the Growth and Employment agenda (SDG 8), which has two important dimensions in terms of culture: developing the cultural and creative industries and supporting sustainable cultural tourism. Creating inclusive societies (SDG 10) requires us to improve access to culture not only for relatively rich and educated people, but also for poorer people and minorities. Cultural initiatives can also support measures to mitigate and adapt to climate change (SDG 13). **The cultural sector is not yet as green as it can be.** At the same time, culture can also contribute to people's understanding of the importance of fighting climate change: artists can tell stories and make climate change visible in its local impact. Of course the human right to freedom of expression (SDG 16) is essential to the arts. Finally, SDG 17 calls for partnerships between governments, civil society organizations, and the private sector to implement the agenda. This offers opportunities for innovative partnerships between cultural organizations, governments, and cultural enterprises, both nationally and internationally.

Thirdly, **where does the EU come in?** Well, this agenda has been driven partly by the European Union. The EU is strongly committed to implementing the agenda by 2030, because that is the deadline to have these 17 goals realized. The EU has said that it and the member states will act as frontrunners. The Council of Ministers has set up a special group of experts on the subject, and the Council's work plan for culture includes a section on International Cultural Corporation. The European Commission has been asked to come up with an action plan. Last but not least, the European Union's National Institutes of Culture (EUNIC) and others have been asked to contribute.

This brings me to Faro. Of all layers of government, cities are closest to the people. Cities also know the value of culture. Cultural vibrancy strengthens social cohesion, the economy, and a sense of shared citizenship.

How can Faro make use of the SDGs? First of all, Faro is well placed not only because it has given its name to the Faro Convention on culture, but also because in the field of climate change it hosting the IPCC meeting in January last year, which is a strong signal. The Cultural and Creative Cities Monitor of the European Union explicitly compliments Faro for its cultural dynamism and for its creative economy. Faro's international outlook can be the basis for a triple win: a win for Faro by putting the global agenda into operation at local level, a win for the EU because it will have a pilot city that will be "piloting" the cultural dimension of the SDGs as part of the EU agenda, and a win for the UN because because in Faro it will have a strong advocate for the Sustainable De-

"The cultural sector is not yet as green as it can be. At the same time, culture can also contribute to people's understanding of the importance of fighting climate change"

velopment Goals in Europe.

In preparing its bid for European Capital of Culture I would suggest to the Faro team not only to concentrate on the final objective, but also to pay attention to the process, and to make this as culturally vibrant and inclusive as possible. In fact, the city and the region can benefit from the preparatory process as much as from the nomination itself. Inclusiveness, multi-sector cooperation, European initiatives, and innovation in the months of preparing the bid will benefit everyone, as well as constituting a strong 'selling point' in Brussels.

"In preparing its bid for European Capital of Culture I would suggest to the Faro team not only to concentrate on the final objective, but also to pay attention to the process, and to make this as culturally vibrant and inclusive as possible."

An important part of the SDG is **partnerships for the goals** so that we all don't work in a stove- piped way, each in our own corner, but that we reach out to others sectors of society. In terms of the bid this means creating partnerships between, for example, culture and education, so that the cultural sector links up with local, regional and European schools to put Faro on the map. Similarly, **cultural organizations should be encouraged to reach out to business and civil society**. The SDGs explicitly invite national governments and others to involve all of society in working towards the goals. Faro could bring that into action by involving all of the region and others beyond the region in its preparation for a bid in an inclusive process.

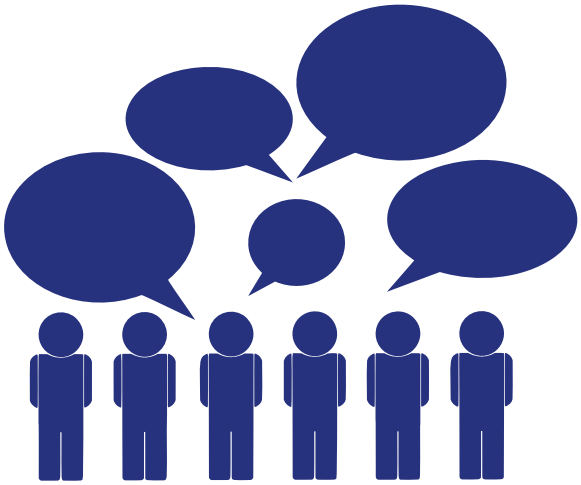
Access and participation is also important to think about, not just in terms of the size of the audience you will be able to attract but also in terms of its composition and its inclusiveness of minority groups and others. Finally it would be important to indicate how Faro's nomination as European City of Culture will benefit the local, European, and wider international perception and reputation of the city and the region. Will the benefits be sustainable?

I've looked at the example of Leeuwarden in Holland which was Capital of Culture in 2018. It's a city around the size of Faro, a little over 100 thousand inhabitants. Together with partners Leeuwarden invested around 100 million Euros in its program, but the economic benefits were much higher: between 230 and 320 million Euros. Not only was there a very important economic impact but, perhaps even more importantly, there has been a strong immaterial impact in terms of self-confidence, citizenship and belonging, and in terms of the international orientation of the city.

Faro of course, here too is well placed because it already has several cross-border cultural networks, including the Umayyad Route which links the area to six countries in the Mediterranean. That is a strong point which could be included in your bid, because it shows Faro's commitment to contribute to the cultural development of the Algarve, wider Europe, and the world.

#TALK 2

DEBATE



Ana Martins: Ruth, porque é que os impactos ambientais foram removidos? Isto aconteceu em 2008 ou depois? O que pensa sobre isto?

Ruth Melville (traduzido): Foram retirados enquanto área de pesquisa no início, em 2006 e acho que existem dois motivos para isso: i) O tempo. Era um tempo em que as pessoas falavam sobre isso mas não era inevitável. Havia muita pressão das autoridades locais para não medir o que tivesse um impacto negativo e os principais eventos culturais tinham um impacto ambiental negativo a menos que se fizesse um esforço para evitar isso. Portanto as Olimpíadas tinham potencialmente um impacto negativo que tinha de ser superado. Havia, portanto, uma agenda política e uma posição para não se expor o que não estava tão bem e penso que em alguns pontos isso continua a ser uma questão no Reino Unido e espero que não seja em Portugal; ii) Havia também algumas questões financeiras e onde alocamos a nossa energia e foi por isso que optámos por dar um passo atrás, porque temos que decidir onde colocamos o nosso foco. Portanto não é algo de que tenham orgulho mas foi uma opção e acho que é algo em que o Reino Unido fez mal. Espero que esse não seja o caso de Faro.

Gijs de Vries (traduzido): Muito brevemente, acho que Faro está bem posicionado para integrar a dimensão cultural do ambiente na sua proposta não apenas porque as alterações climáticas estão a afetar a região largamente, portanto vocês estão bem localizados para integrar isso e para falar de experiência própria mas também porque, no Acordo Verde (Green Deal) a União Europeia estabeleceu políticas para melhorar o ambiente e combater as alterações climáticas. Esse é, se não o primeiro, o segundo ponto da agenda, portanto a vossa candidatura não será bem sucedida a menos que integre a dimensão ambiental portanto por favor incluam isso, será uma força vossa e a EU irá esperar isso.

Cristina Farinha: Concordo inteiramente com os meus colegas que as questões ambientais estão na ordem do dia e que a cultura tem um papel, como eu dizia, de mudança de comportamentos. O papel das histórias que os artistas podem contar podem efetivamente contribuir muito para a mudança que necessitamos nesta área.

Inês Barracha: De que forma podem as associações culturais e locais beneficiar deste processo?

Cristina Farinha: Eu diria a todos os operadores e associações culturais que eles são os atores principais deste processo. A Câmara Municipal ou a Comunidade Intermunicipal são os atores que formalmente desenvolvem e apresentam a candidatura mas ela é um projeto de todos os cidadãos e muito especialmente de todos os operadores culturais portanto, podem contribuir para a definição da estratégia e também para o próprio programa artístico e cultural. A Capital Europeia da Cultura terá um programa extenso que terá a sua parte mais visível durante o ano 2027 mas que na verdade começa desde já no momento da candidatura e muito especialmente no ano da sua implementação, caso Faro seja efetivamente nomeado. Portanto, as suas associações vão ser chamadas para contribuir para este programa com ideias e com projetos. Podem beneficiar desta participação muito especialmente porque é suposto que estes projetos sejam feitos em parceria com outras entidades da região, da cidade, do país mas também de toda a Europa e mais além. Destas parcerias nascem novas formas de estar, de atuar e aprendizagens muito importantes para as associações. Portanto, vocês são os atores principais e têm muito a beneficiar mas também a dar a este projeto.

Ruth Melville (traduzido): Acho que as associações locais têm potencial para beneficiar mas também há o risco de que possa existir alguma negatividade portanto não é uma área para ignorar e pensar: "Ah sim, claro que irão beneficiar!". Acho que gira à volta de reconhecer que a cultura é um sistema ecológico e é necessário haver eventos grandes, pequenos, pessoas a ter palco para o seu desenvolvimento cultural, portanto beneficiará toda a gente se for gerido de forma a permitir que isso ocorra.

Gijs de Vries (traduzido): Se me é permitido na mesma linha de pensamento, gostaria de pensar em três formas as associações locais beneficiarem: 1º) Surjam com propostas vossas para o ano e coloquem-na na agenda da comissão organizadora. Portanto não sejam passivos mas sejam ativos; 2º) Invistam no processo. A preparação para o ano Europeu da Cultura é tão importante como o ano em si, não se esqueçam disso. Decorrem vários anos entre o agora e o ano e podem beneficiar desses anos para se preparar portanto pensem no processo e não apenas no ano; 3º) Garantam que, entretanto, se ligam com programas da União europeia existentes pois existe muito dinheiro existente agora, não têm que esperar por 2027. Há os fundos estruturais e os fundos nacionais que os governos receberam de Bruxelas. Exemplo: Itália. Esta semana tiveram que apresentar a proposta do que vão fazer com o montante que vão receber da União Europeia e um capítulo é sobre a cultura e as indústrias culturais. O meu conselho é que as associações locais falem com os corpos nacionais, para que estes falem com o Governo Português sobre como a agenda portuguesa entre agora e 2027 pode usar o dinheiro, porque podem usar isso como parte do bid, para dizer: "Olhem, nós já estamos envolvidos nas políticas europeias e isso reforça a nossa situação para a Capital Europeia da Cultura".

Maria Franco: Qual o papel da educação na promoção da arte e da cultura para o desenvolvimento sustentável?

Cristina Farinha: É uma questão estrutural mas óbvia e fundamental não só que a educação e o o currículo incluam disciplinas artísticas, para que depois possamos ter uma noção da cultura, incentivando-a também, todos. Os atores que podem contribuir para a educação não são apenas a escola ou a família mas todas as instituições. As instituições culturais neste campo têm um papel muito importante a desempenhar no sentido de envolver os mais novos, as crianças e jovens nas suas atividades, para criar públicos. Muitas vezes centramo-nos demasiado na criação, no lado da oferta e esquecemos o lado da procura, que é fundamental para que possa haver uma valorização das artes e da cultura. Neste caso da educação não só as escolas mas todas as instituições culturais podem ter um papel muito importante. Importa ainda destacar, para a Capital Europeia da Cultura, a questão do papel das escolas e das instituições culturais no desenvolvimento de públicos é precisamente um dos critérios de avaliação e uma das exigências, pelo que o programa artístico e cultural deve ser desenvolvido com o envolvimento das diferentes comunidades e dos diferentes agentes do setor. Uma estratégia de comunicação e de desenvolvimento de públicos, são parte integrante da candidatura e são parte fundamental para o sucesso de toda a iniciativa.

Ruth Melville (traduzido): Quanto mais conseguirmos criar uma coligação entre os diferentes elementos da sociedade para que trabalhem os mesmos temas e objetivos, melhor. Uma das coisas que descobrimos em investigação é que quando falamos de pessoas que desconhecem o que se está a passar, não seguem as notícias ou envolvem-se menos, por vezes algum tipo de envolvimento cultural pode ser o primeiro passo para elas e ajudá-las. Existiram projetos no Liverpool sobre cultivo e penso que despertar o sentido ambiental e o sentido de realidade da vida numa cidade e o que encontrámos foram projetos que envolviam artistas a cultivar coisas e estavam a criar bonitas pinturas através do que estavam a cultivar mas era tudo comida e eles estavam a envolver pessoas idosas que nunca queriam sair de casa porque havia um sentido de perigo naquela área. Essas pessoas estavam a sair de casa, então os serviços de saúde sentiram a importância daquilo porque era o primeiro passo para os envolver num estilo de vida saudável e quebrar o seu sentido de isolamento. Foi fantástico para a sua saúde física, porque tinham vegetais frescos e havia uma mistura de diferentes gerações e idades numa área onde começavam a temer os mais jovens. A arte permite-nos assumir o risco e fazer algo que não tentaríamos normalmente e acho que é muito importante que todos vejam as suas responsabilidades para promover os assuntos chave da nossa sociedade portanto sim, todas as organizações da sociedade civil e também os setores educativos têm um papel a desempenhar nesse ponto.

Gijs de Vries (traduzido): Sim, eu concordo com a questão da educação não formal que é também muito importante e quando consideramos a educação não formal, pensemos por exemplo no papel das bibliotecas e dos museus que podem ter uma função muito importante na educação das pessoas através

da cultura sobre todos os tipos de assuntos globais, nacionais e locais. Portanto sim, é importante a arte e a educação através de canais não formais mas por favor, não nos esqueçamos das escolas. É absolutamente essencial ter educação para as artes nas escolas porque o que ela faz é que abre espaços para o diálogo entre as crianças. Se estamos a trabalhar juntos num projeto temos que levar a sério o que a outra pessoa faz e perceber o que a outra pessoa está a tentar fazer, trabalhar juntos. Em termos de cidadania e de abrir a mente para os outros, a educação para as artes é, indiretamente, incrivelmente importante para a democracia. Não se trata só de artes mas sim da sociedade. Último ponto, por favor não se esqueçam que a UE tem uma agenda realmente importante de artes e educação através da UNESCO e Faro pode desejar unir-se a essa agenda. Por exemplo, organizando atividades. Todos os anos em Maio decorre a Semana Internacional da Educação para as Artes (International Arts Education Week). Se fizerem disso parte do vosso planeamento têm outro ponto forte onde construir.

Tela Leão: A UE e as Nações Unidas – os objetivos comuns para um futuro sustentável são certamente essenciais e de alta importância. Não será, talvez, 2030 um período muito apertado para atingir objetivos tão ambiciosos?

Gijs de Vries (traduzido): Sim e não. Claro que sim porque não podemos mudar o mundo em 15 anos mas podemos chegar próximo disso se suficientes pessoas, com boa vontade. contribuírem e esta é a parte mais excitante e interessante desta agenda global. Todos podemos fazer parte se quisermos e não o digo por ser fácil, mas por ser algo bastante concreto. Todos os seres humanos podem contribuir para esta agenda ao lê-la, olhar para o que contém e para como podem contribuir. Recolha de lixo local para que as ruas estejam mais limpas ajuda o total do mundo, portanto pensa pequeno e depois sonha grande. O mundo está a integrar, a interdependência está a aumentar, o aquecimento global atinge-nos a todos, a paz, a segurança, o desenvolvimento económico são problemas globais. Nós somos parte da solução ou parte do problema e mais vale começarmos a agir já. Para terminar, devemos começar sempre ao nível local. Esta agenda pode ser tremendamente abstrata, geral, aborrecida e técnica mas se a aplicarmos a nível local, ela ganha vida e relaciona-se com cada um de nós e é por isso que a UE a quer promover, porque ajuda a nossa economia, a nossa cultura e a sociedade civil a serem mais fortes porque as pessoas trabalham juntas em agendas positivas comuns e não apenas em nacionalismo e noutras questões fraturantes.

Miguel Sousa: As prioridades da resposta europeia à pandemia, a transição digital e a transição ambiental, é também esta uma oportunidade para conseguirmos aplicar de uma vez por todas os ODS também na cultura?

Ruth Melville (traduzido): Eu concordo com o que foi referido na questão, é uma oportunidade neste momento mas é também um desafio e toda a gente sente que pode tomar algum tipo de ação. A pandemia é uma oportunidade assim como algo terrível. Isto fez as pessoas pensar e é uma oportunidade para novos tipos de atividades, diferentes tipos de oportunidades para as organizações se chegarem à frente e contribuir com o que podem para a mudança, mostrar o seu caminho através do digital. Não há exatamente uma resposta mas é tempo para que todos possamos agir enquanto grupo, agora.

Ascensão Marques: Como podemos tornar o Algarve num destino cultural e não ter um programa cultural numa região de turismo de praia?

Cristina Farinha: Penso que já estão a ser tomados passos nesse sentido. A candidatura à Capital Europeia da Cultura é certamente já um pasos nesse sentido, assim como o próprio processo que a AMAL está a desenvolver para criar um documento estratégico para a área da cultura, são já passos significativos e vão permitir capacitar o setor cultural e criativo, desenvolver competências, dar-lhes oportunidades e recursos para desenvolverem os seus projetos, construir pontes e laços de cooperação com entidades parceiras em outros países (que são também momentos para aprender, desenvolver ir mais longe nos nossos projetos). Toda esta capacitação, este investimento vai contribuir com certeza para aumentar a dinâmica cultural, para melhorar e tornar a oferta cultural de mais qualidade, de excelência e internacionalizá-la. E a partir de criar esta dinâmica, ela deve ser bem comunicada para que os turistas e todos os visitantes quando olham para Faro e para a região do Algarve possam começar a olhar para um destino além da praia e sol, mostrando outras dimensões. Tudo isto vai contribuir para uma mudança da própria imagem dos cidadãos mas também dos outros. As mudanças começam muitas vezes internamente, pelo que é importante também mudar a autoimagem dos habitantes e das próprias entidades.

#TALK 3

A CULTURA NA TRANSIÇÃO CLIMÁTICA E DIGITAL

5 DE MAIO

#TALK 3

COMUNICAÇÕES

Cláudia Monteiro de Aguiar

Sara Machado

Tiago Prata

José Apolinário

Evento moderado por:

Dália Paulo, Diretora Municipal da Câmara Municipal de Loulé

OLHAR A CULTURA SOB O CHAPÉU EUROPEU

Cláudia Monteiro Aguiar

Eurodeputada do Parlamento Europeu

O Algarve é uma região de desafios, de constante criatividade e e imaginação, que precisa claramente do apoio de todas as entidades públicas e privadas mas sobretudo de um Governo que olhe cada vez mais para o país como um todo e para formas como este pode ser apoiado no desenvolvimento e na coesão, no potencial e nos desafios que se impõem ao nível da transição digital e também climática e ambiental.

A minha intervenção foi solicitada para aportar uma perspectiva sobre o chapéu europeu, pelo que vou partilhar algumas breves notas sobre como a cultura é vista em termos da Europa. Importa começar por referir que a importância da cultura surge mais vincada a partir do tratado de Lisboa, que se refere expressamente, num dos seus preâmbulos, à inspiração da cultura no património cultural, religioso e humanista da Europa. Assim, um dos objetivos da União Europeia deve ser respeitar, apoiar e encontrar formas de suportar a riqueza de toda a diversidade cultural e linguística mas também zelar pela salvaguarda deste desenvolvimento do património cultural europeu.

A UE deve, claramente, incentivar a cooperação entre regiões e entre estados membros e completar as ações que visem divulgar os conhecimentos, a divulgação da cultura, da história, como preservar este património cultural e fomentar intercâmbios. É importante este fomento de intercâmbios culturais, na medida em que a criação artística deve ser partilhada, assim como a parte literária portanto há uma cooperação que deve ser reforçada entre Estados Membros mas também com países terceiros e com organizações internacionais.

> ***"A UE deve, claramente, incentivar a cooperação entre regiões e entre estados membros"***

Ao nível do Parlamento Europeu e da sua agenda, partilharei duas políticas que existem:

- Uma **Agenda Europeia para a Cultura**, que um plano de ação ou seja, que apresenta um planeamento para a cultura entre 2019 e 2022, que foi adotado em 2018 mas alterado em maio do ano passado;
- Uma outra estratégia que incide sobre o domínio das **relações culturais internacionais** que, como já referi, pretende incentivar a cooperação cultural entre Estados-membros, com países terceiros e apostar fortemente na diplomacia cultural.

São estas as duas grandes políticas e, no ponto de vista de programas, financiamento e apoios existentes destaco o programa Europa Criativa, as Capitais Europeias de Cultura, que são processos ainda muito burocratizados e de difícil acesso, que precisam de ser revistos e simplificados, mas que trazem um "boom" ao nível de desenvolvimento e da criatividade das regiões que é fundamental para apoiar as mesmas. Destaco ainda a marca Património Europeu e o Ano Europeu do Património Cultural e, para terminar, refiro ainda uma diretiva que existe que é a saída ilícita de bens culturais. Há aqui quatro grandes marcas programáticas que a Europa proporciona e assim assume querer apoiar a cultura, o património cultural europeu e as regiões e os Estados-membros.

"No ponto de vista de programas, financiamento e apoios existentes destaco o programa Europa Criativa, as Capitais Europeias de Cultura, que são processos ainda muito burocratizados e de difícil acesso, que precisam de ser revistos e simplificados, mas que trazem um "boom" ao nível de desenvolvimento e da criatividade das regiões"

Existe ainda uma iniciativa lançada oficialmente em Janeiro deste ano que é o **Novo Bauhaus Europeu** que é um grupo de reflexão, é um laboratório que retende conectar, acelerar e criar rede. É um projeto criativo e interdisciplinar que permite que se cruzem a arte, cultura, a ciência e a tecnologia. O mesmo funcionará em paralelo com um processo de cocriação e é uma iniciativa que visa desenvolver também todas as fontes de financiamento em alinhamento com o quadro financeiro plurianual. É uma oportunidade para o Algarve aproveitar e para o todo Europeu mostrar e desenvolver, por exemplo, a gastronomia genuína, aproveitar o interior e dotar os centros culturais de excelência para promover o que é nosso, reforçar o quadro de artistas nacional mas também apostar na dimensão internacional que é dada ao Algarve. A gastronomia, a cultura aliadas a um clima que é sobejamente conhecido, assim como um outro aspeto que podemos explorar que é a proximidade com Sevilha e o que podemos retirar da mesma. Nesse mesmo sentido, ligar também com o norte de África e explorar as origens árabes e enfim, aproveitar tudo isso para retirar algumas regiões ou localidades do anonimato promovendo a cultura fora dos grandes centros urbanos e apostando na digitalização, nos canais digitais e dando também uma outra dimensão ao Algarve. Aliando isto a um paradigma que é o turismo e que tem claramente que ser olhado, integrado e apoiado.

Com este último ponto faço a ligação para uma reflexão final que é de que forma o Governo, com estes apoios europeus e com esta tal bazuca europeia, se apresenta numa aposta clara que devia ser feita para o turismo que é importante para o país e para as suas regiões, sendo que precisamos de olhar para o peso que tem nas nossas economias. **Como é que o plano de resiliência que Portugal apresentou olha para a cultura e para o turismo?** Tenho sido muito crítica e este plano de resiliência tem sido olhado com uma referência paupérrima em termos de turismo. Não há uma clara aposta neste plano feita para o turismo e sabemos bem como aconteceu a inserção neste plano de recuperação e de resiliência da transição climática e digital.

Só depois de muita contestação pública a cultura foi inserida nestas três temáticas, resiliência, transição climática e digital. Portanto daquilo que se prevê, um montante de 243 milhões de euros, constam deste plano de resiliência 93 milhões de euros para redes culturais, para a transição digital e 150 milhões de euros para o património cultural. Portanto a cultura está no plano de resiliência e tem efetivamente que ser apoiada. Como é que podem apoiar a competitividade económica destas regiões e como é que este plano irá dar a mão a todo o setor cultural que teve um encerramento abrupto no decurso desta pandemia devido à COVID-19, com efeitos colaterais gravíssimos do ponto de vista das atividades culturais. Como é que esta bazuca, este plano de resiliência irá apoiar esta transição que será necessária sendo que, neste momentos, todos os stakeholders e todas as entidades que estão ligadas direta e indiretamente ao turismo, como também à cultura, estão a passar por um período terrível de escassez financeira. Numa perspetiva mais positiva, estou certa de que havendo vontade, esforço e este apoio do Governo para com as suas regiões, uma vez mais o turismo e a cultura, se apoiadas corretamente, poderão dar um impulso para que o país possa levantar-se desta que também é mais uma das crises que estamos a atravessar.

Para terminar, a Comissão Europeia vai apresentar, no final deste mês, um guia digital para servir de suporte às pequenas e médias empresas e também às micro empresas, tal como existiu no quadro financeiro passado. **De 2020 a 2027 vamos ter uma visão holística e são a estes fundos europeus que a região e o país devem estar atentos**, para que estes apoios possam ser capitalizados.

O Programa de Mercado Único que apoiará diretamente as PME, incluindo as do turismo, como o antigo COSMO, o Europa Criativa, o próprio Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos para financiar, por exemplo, projetos de rotas subaquáticas, o FEADER para apoiar projetos de bens culturais imateriais como a gastronomia e o turismo rural. Há ainda o Erasmus + para apoiar formação, que é importantíssima para as novas competências. Se queremos esta transição digital e ambiental precisamos de capacitar todos os intervenientes com novas competências digitais e ambientais. Referir ainda o Horizonte Europa para apoiar a investigação, a inovação e a Tecnologia, o Discover e, importantíssimo também do ponto de vista cultural, o Interrail para os jovens até aos 18 anos que é uma oportunidade única de intercâmbio para conhecer e aprender a respeitar as diferentes culturas.

Durante os próximos dez anos Portugal vai ter que concluir a execução de mais de 12 mil milhões de euros do atual Portugal 2020 ainda em vigor, aplicar 15 mil milhões de euros do programa de recuperação e ainda os quase 30 mil milhões de euros do quadro financeiro plurianual. Trata-se de muito dinheiro, é preciso ser bem orientado mas **todos os agentes das regiões devem também ser proativos, criativos e apresentar projetos já bem construídos** para que este apoio seja feito de forma credível e com investimento em projetos coesos e fiáveis que contribuam para o desenvolvimento das regiões.

"Havendo vontade, esforço e este apoio do Governo para com as suas regiões, uma vez mais o turismo e a cultura, se apoiadas corretamente, poderão dar um impulso para que o país possa levantar-se desta que também é mais uma das crises que estamos a atravessar"

PROGRAMA EUROPA CRIATIVA

Sara Machado

Gestora Cultural. Responsável pelo Programa Cultura do Europa Criativa em Portugal

É com muito gosto que posso aqui partilhar o que vem no novo programa Europa Criativa 2021-2027 e em que medida a transição climática e digital é realmente um tema muito relevante e muito caro a este programa que aí vem. Eu, juntamente com a minha colega Susana Costa Pereira, somos o ponto de contacto do Europa Criativa em Portugal e a nossa missão passa fundamentalmente por promover este programa e as oportunidades de financiamento que apresenta mas também acompanhar os potenciais candidatos na formulação das candidaturas, o que passa nomeadamente por responder a dúvidas sobre os prazos de candidatura, sobre questões administrativas mas também perceber em que medida os projetos desenhados se encaixam no programa e qual é a linha de financiamento mais adequada.

Numa rápida contextualização, o Europa Criativa é um programa de apoio exclusivo ao setor cultural e criativo, sendo de facto um programa concebido para financiar apenas este setor. Visa:

- Garantir a **salvaguarda e a promoção da diversidade cultural e linguística** europeia;
- **Reforçar a competitividade** do setor cultural e criativo com vista a promover um desenvolvimento inteligente, sustentável e inclusivo;
- **Promover a circulação transnacional** de obras culturais e criativas e a mobilidade de artistas e;
- **Formar novos públicos** dentro e fora da Europa.

> *"o Europa Criativa é um programa de apoio exclusivo ao setor cultural e criativo, sendo de facto um programa concebido para financiar apenas este setor"*

O programa assenta em 3 premissas fundamentais: i) é dirigido a entidades coletivas sejam elas públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos; ii) financia projetos com dimensão europeia ou seja, assentes em parcerias transnacionais; iii) estrutura-se em 3 eixos fundamentais que são media, cultura e intersetorial. **O orçamento 2021-2027 foi reforçado de forma muito significativa** o que permitirá que mais projetos sejam financiados.

No eixo da vertente **MEDIA** entra tudo o que diz respeito à industria cinematográfica (televisão, cinema, audiovisual, videojogos). A vertente **CULTURA** cobre todas as restantes expressões artísticas e culturais como artes visuais, artes performativas, design, ilustração, arquitetura, literatura e todas as outras que não cabem no Media. A vertente **INTERSETORIAL**, como o nome indica, faz o cruzamento entre as vertentes cultura e media, sendo no fundo para financiar projetos que incidam simultaneamente nestas duas áreas.

Em 2021 estamos no início deste quadro plurianual de 7 anos e sabemos que o orçamento foi reforçado passando de 1,4 mil milhões de euros para 2,4 mil milhões de euros. A previsão da abertura das linhas de financiamento é em finais de Maio, princípios de Junho e as convocatórias serão lançadas todas ao mesmo tempo. O programa herda muito do que foi o anterior quadro do Europa Criativa e acrescenta-lhe novas preocupações, que irei referir de seguida. Importa antes ressalvar que 1/3 do orçamento do programa será investido logo nos dois primeiros anos do mesmo, com o objetivo claro de tentar mitigar ao máximo o impacto devastador que a pandemia tem tido ou seja, injetar com a maior liquidez possível o setor cultural e criativo para tentar atenuar questões resultantes da pandemia neste cenário que está a ser bastante desafiante para todos nós.

O programa operacionaliza uma agenda europeia e, como tal, dará uma atenção especial às questões da sustentabilidade nomeadamente ao nível do ambiente, igualdade de género e inclusão social. No fundo a questão da sustentabilidade ou seja, da transição climática é uma preocupação transversal na agenda europeia e está presente de forma global em todos os programas da União Europeia (UE). O objetivo ambicioso é que a UE seja totalmente neutra até 2050e o que se estipulou neste quadro 2021-2027 é que 25% das despesas da UE sejam dedicadas à concretização dos objetivos climáticos.

Desfocando agora do Europa Criativa e lançando um olhar mais abrangente sobre os vários programas europeus que existem, vou focar especialmente aqueles onde o setor cultural e criativo poderá financiar os seus projetos. Todos eles têm uma agenda própria, operacionalizam objetivos específicos e têmcondições diferentes. Existe o Horizonte Europa que é muito ligado à inovação e investigação, o Erasmus + à formação e o que é importante reter é que embora todos estes programas tenham objetivos próprios definidos, a questão da sustentabilidade e da transição climática é transversal a todos eles.

"1/3 do orçamento do programa será investido logo nos dois primeiros anos do mesmo, com o objetivo claro de tentar mitigar ao máximo o impacto devastador que a pandemia tem tido"

O Europa Criativa não é exceção e pretende-se que contribua de forma significativa para o objetivo da sustentabilidade. O propósito ao inserir esta prioridade é **encorajar o setor cultural e criativo a adotar e divulgar práticas mais amigas do ambiente.** Pretende-se incorporar esta abordagem e sensibilidade da sustentabilidade ambiental de forma transversal na atividade cultural e criativa e sensibilizar os públicos para estas questões ou seja, desenvolver projetos que sensibilizem para estas problemáticas. Em termos de candidatura o que se pedirá é que os projetos candidatos refiram se e como é que abordam estas questões transversais.

No fundo trata-se de tentar perceber de que forma é que os nossos projetos podem abordar esta questão

da sustentabilidade sem os desvirtuar. Não se pretende, portanto, uma uniformização dos projetos mas sim incentivar a que exista esta preocupação e que esteja impregnada na nossa atividade. Isso pode ser feito de várias formas e passo a referir alguns exemplos para mostrar de que forma isto se pode adaptar a um projeto:

- **Ao nível do digital temos os digital show cases** portanto os formatos híbridos vieram para ficar e é algo que foi acelerado pela pandemia que vivemos, havendo realmente uma tendência para que se venham a adotar formatos em que se compatibiliza o digital com o presencial.

- Veio-se ainda **exponenciar a aplicação de tecnologias** para reduzir a necessidade de público e também para chegar a novos públicos.

- Naturalmente a questão da **mobilidade** que é a principal razão de ser do Europa Criativa e no fundo esta possibilidade de viajar e de apresentar os projetos, asa obras e os artistas além fronteiras através desta circulação transnacional está a ser repensada e terá que ser moldada a este mundo pós COVID. Tem-se falado muito no conceito de slow mobility por oposição da hiper mobility. Como possíveis alternativas fala-se aqui em **permanecer mais tempo nos locais de forma a otimizar as torneés, reduzindo as viagens**. Também se tem salientando a importância de desenvolver relações com os países vizinhos e no nosso caso falamos de Espanha e do Norte de África e também até o próprio touring nacional ou seja, intrafronteiras. Também passa pela questão do transporte, optando por meios de transporte mais sustentáveis, compensação das emissões de carbono, etc. Claro que tudo isto tem que ser adaptado à nossa realidade e não estamos a falar de deixar de viajar mas sim de privilegiar os meios de transporte públicos, por exemplo, quando viajamos entre cidades.

- Por último falar ainda das possibilidades que existem de **incorporar artes mais sustentáveis na produção**, e aqui podemos estar a falar da produção de cenários, por exemplo, reutilizar e reaproveitar materiais na construção de cenários, figurinos, preferir materiais reciclados, evitar o plástico e enfim, tudo aquilo que por vezes até já é uma prática quotidiana e no fundo é considerar isso nos projetos.

Claro que **a importância do digital na cultura vai estando de forma natural e orgânica e o Europa Criativa também tem isto presente**, incorporando esta questão também como uma prioridade. O que se pretende é que o setor cultural e criativo consiga tomar partido das novas tecnologias para aumentar a sua competitividade, bem como acelerar a transição digital como resposta à crise resultado da COVID-19. A mensagem que o programa quer passar, neste ponto, é que o digital não é uma ameaça e pode trazer benefícios, nomeadamente criar novas oportunidades de crescimento, novos modelos de negócio, novas formas de disseminar conteúdos, fomentar novos tipos de narração de histórias através da realidade virtual, conteúdos imersivos, etc. No fundo as novas tecnologias e o digital como meio para alcançar novos públicos, sobretudo os mais jovens.

Aceda aqui à apresentação da convidada.

IDEALIZAR E FINANCIAR COLABORAÇÃO EUROPEIA

Tiago Prata

Gestor cultural. Jornalista especializado em cooperação internacional. Especialista em financiamento cultural.

O desafio que me foi colocado foi de acrescentar a esta discussão aportes pragmáticos e, nas comunicações anteriores, já tivemos oportunidade de conversar sobre porque é que o dinheiro existe e porque é que a cultura é importante para a Europa, de seguida percebemos onde é que o dinheiro está ou seja, os diversos programas existentes que são oportunidades para financiamento de projetos do setor cultural e criativo e a forma como vão funcionar nos próximos 7 anos. Cabe-me a mim, agora, falar sobre como é que acedemos ao financiamento e apoios disponíveis, o que interessa certamente aos atores culturais que nos estão a ouvir.

Num plano conceptual, começo por explicar o que é um projeto cultural neste contexto. Trata-se de colocar uma ideia em prática com um objetivo e um prazo definido. Pode ter diversas escalas, desde uma peça de teatro que é uma criação original a outros modelos como criar um novo teatro ou uma rede que articula gente de toda a Europa. Podem ser comerciais ou sem fins lucrativos, mas são sempre destinados a chegar a um público ou seja, vai ter que haver sempre alguém que se vai interessar, relacionar, aprender ou seja o que for com aquilo que está a ser criado. Junta-se a isto a dimensão internacional que separa os projetos que têm valor para o local da sua origem daqueles que têm potencial para poder receber financiamento europeu.

> *"Uma pessoa que viva seja onde for tem que potencialmente poder retirar tanto do projeto como aquela pessoa que está a viver ao lado do local onde o mesmo está a ser feito"*

O primeiro critério é que atravessam fronteiras e de forma física ou digital há este diálogo com parceiros internacionais ou seja, tem que haver sempre uma negociação com pessoas que estão a trabalhar noutros países do que será o projeto e como será executado. Tem que haver valor além do local. Uma pessoa que viva seja onde for tem que potencialmente poder retirar tanto do projeto como aquela pessoa que está a viver ao lado do local onde o mesmo está a ser feito. O que há a ganhar para procurar trabalhar com financiamento europeu?

- **Recursos.** Estamos a falar de financiamento específico e avultado. O dinheiro está disponível para este tipo de projetos logo, alguém vai ficar com ele e porque não também os atores do Algarve? Além disso, **receber financiamento europeu para executar os seus projetos dá um selo de qualidade à proposta**, o que permite alavancar dinheiro a nível nacional ou local. Por exemplo, o Ministério da Cultura em Portugal tem um programa específico de apoio parcial para projetos que são financiados pelo Europa Criativa poderem receber um complemento à verba que lhes foi atribuída a nível europeu, para melhor implementar o seu projeto. Outro aspeto muito importante é que normalmente todos estes projetos têm planos a longo prazo, o que permite a quem recebe financiamento planear a vida da sua organização ou da sua iniciativa de uma forma mais sustentável em vez de estar a depender da venda de bilhetes ou de outro tipo de apoios que são anuais ou semestrais.

- **Qualidade.** Há um salto de qualidade pois todos estes projetos passam a ter **acesso a especialistas internacionais, seja por parceiros que estão noutros países seja pelo consórcio que tem maior poder de representatividade e peso**, ganhando com isso capacidade de chegar a organizações e a especialistas que poderiam não ter disponibilidade para trabalhar em projetos menores mas que podem sentir-se mais implicados e motivados para aqueles que têm uma visão a longo prazo e com maior impacto. Permite partilhar custos ou seja, todos os parceiros podem usufruir de aspetos que vão melhorar ou facilitar o seu trabalho e partilhar esse custo com os seus colegas. Há também o controlo de qualidade interno porque dentro de uma equipa e das parcerias existem diferentes especialidades e todos se podem ajudar com o objetivo comum de concretizar da melhor forma o projeto.

- **Conhecimento.** Esta é outra vantagem pois novamente tem-se acesso a especialistas internacionais que podem partilhar conhecimentos e a sua forma de trabalhar. Dentro da parceria a partilha de métodos e de instrumentos, o que vai na linha do que disse anteriormente, é **uma oportunidade de aprendizagem entrepares**. Por fim, saber fazer e aprender fazendo. Organizar uma tournée ou um projeto teatral para ser exibido em cinco países é diferente de planear o que vou fazer na minha cidade de origem durante uns dias portanto é uma oportunidade de adquirir conhecimentos que poderão vir a ser úteis mais tarde.

- **Visibilidade.** Todos estes projetos garantem **acesso aos mercados internacionais** como especialista ou autor de uma determinada peça ou iniciativa criada. Garantem mais **reconhecimento a nível local** e por último, permitem chegar a mais e diferentes públicos e possibilitam que se possa contar a história do que quer que seja relevante a nível local, para que possa ser promovido no estrangeiro.

Contudo, nem tudo são aspetos positivos e é necessário antecipar alguns cenários com os quais vamos ter que nos deparar, nomeadamente:

i. **Em princípio, predomina a lógica do "todos contra todos".** A pessoa que tem uma ideia no Algarve vai estar a concorrer com a pessoa que tem uma ideia na Alemanha ou na Lituânia. Nem todos os programas são assim, existem alguns que fazem chamadas mais específicas em que tem que existir, dentro de uma uma região, colaboração mas, geralmente, todos estão a concorrer contra todos. Contudo, esta concorrência não é na lógica da Liga dos Campeões em que só a maior organização do país é vista como tendo valor suficiente para fazer parte. Aqui vence a ideia mais relevante e que tenha mais valor, independentemente da dimensão da organização. A avaliação é anónima e é feita por vários especialistas, sendo o setor em si que decide quais os projetos que têm mais valor para ser financiados.

ii. É um ponto fulcral no acesso a financiamento europeu, como já referi, que **o projeto candidato e vencedor tem que ter relevância internacional.** É possível ser feito sem parceiros internacionais? Temos que verificar e pensar se é ou não. É interessante noutro país? Em que linguagem vai ser feito noutro país? Temos que assegurar tradução? Estas e outras questões têm que ser colocadas e ponderadas e todas as ideias têm que ser preparadas para que possam ser experienciadas noutros sítios. Se o projeto vai ser realizado a nível europeu, a ideia é financiar coisas que são novas e que ainda não existem.

iii. **Importa também saber fazer cedências.** Vamos receber financiamento para projetos em parceria com outros países e há que negociar com os parceiros os diferentes interesses e necessidades dentro do consórcio. Há uma responsabilidade para com os financiadores ou seja, há um contrato que é assinado e quem recebe o financiamento está legalmente obrigado a cumprir os seus termos. Há sempre que fazer esta negociação muito fina entre aquela que é a minha ideia e as prioridades estratégicas que as instituições que financiam querem promover.

Numa última parte e na sequência desta ideia das prioridades estratégicas, o que há a ponderar quando começamos a planear projetos culturais para financiamento? As instituições financiadores dizem: "Nós temos estas prioridades e estes objetivos mas delegamos em vocês, que trabalham com isto e sabem como se deve fazer, que nos façam propostas porque nós vamos financiar esse trabalho" mas, **quando fazemos qualquer proposta temos que estar conscientes das agendas políticas e das estratégias europeias, que devem ser imbuídas dentro dos nossos projetos**. Uma delas é a "Bússula Digital Europeia" (2030 Digital Compass) e sem ser muito exaustivo sobre isso, posso dizer que dois dos objetivos são que no mínimo 80% da população europeia tenha as competências digitais básicas até 2030 e que 75% das empresas, a nível europeu já usem, de alguma forma, serviços de nuvem ou de dados em grande escala. O que é que isto significa na perspetiva do ator cultural e como é que se relaciona com isto na prática? Por exemplo, se es-

tivermos a falar de uma exposição museológica, ao planear o projeto vamos pensar que, por exemplo, uma das suas vertentes é o acesso digital à exposição, ou vamos gastar dinheiro num mobiliário expositivo? Uma não invalida a outra mas **importa pensar de forma a que as iniciativas possam estar alinhadas com a estratégia do financiador.** Em termos da produção da exposição, vamos investir mais em trabalho de campo ou em crowdsourcing digital em que as pessoas podem participar e submeter as suas próprias peças, ideias, património ou seja o que for de uma forma em que tem acesso ao desenvolvimento de novas competências digitais? Outro exemplo: para promover a exposição e comunicar com os públicos vamos pensar em fazer um livro que é mais tradicional, ou vamos pensar em investir num jogo, numa aplicação ou em algo que permita um outro tipo de relação com a história?

"É possível ter acesso a estes financiamentos, é possível crescer com eles e desenvolver projetos que de outra forma não conseguiríamos mas é necessário ser muito estratégico"

A mesma lógica aplica-se no **Acordo Verde Europe (**European Green Deal). O acordo em si tem vários objetivos e novamente pode-se pensar: "**Eu, como ator cultural que quero implementar a minha ideia, vou relacionar-me com aquele programa e os seus objetivos estratégicos.** Quero organizar um festival musical, que decisões tomo? Faço o uso de recursos circulares em que os materiais para o palco ou até para consumo no recinto podem ser reaproveitados, ou é tudo uso único e depois joga-se fora e gera-se um monte de lixo? Para que a alimentação energética esteja garantida, é possível utilizar energias renováveis ou vamos recorrer às tradicionais? E claro, ao nível da mobilidade também o que pode ser feito a nível local, intrafronteiras ou regional? O que é que pode ser posto no ambiente digital? Ou vamos investir em trazer montes de artistas para fazer a sua performance num dia, o que deixa uma enorme pegada ambiental?".

Numa última nota é possível ter acesso a estes financiamentos, é possível crescer com eles e desenvolver projetos que de outra forma não conseguiríamos mas é necessário ser muito estratégico e saber sempre no que é que nos estamos a meter.

Aceda aqui à apresentação do convidado.

PROGRAMA OPERACIONAL ALGARVE 2030

José Apolinário

Licenciado em Direito, com um vasto percurso na vida política, preside atualmente a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR Algarve)

Quando nos debruçamos sobre as questões de financiamento devemos olhar, em primeiro lugar, para aquilo que são iniciativas centralizadas, portanto geridas a partir da Comissão Europeia. O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) apresentado por Portugal tem 37% centrado nos efeitos das alterações climáticas, 20% na transição digital e tem depois uma área específica para a cultura que resultou muito da interação com os agentes culturais e da reivindicação dos mesmos. No caso do Algarve o Conselho Regional que é um órgão consultivo e que acompanha o trabalho da CCDR pronunciou-se, em sede de consulta pública, pelo reforço da componente da cultura e nomeadamente também pela valorização de um projeto muito importante para a região, que é o projeto do Geoparque que envolve três municípios, de Loulé, de Albufeira e de Silves. Portanto a nível macro temos as iniciativas europeias e precisamos desse apoio e dessa rede europeia para candidatarmos bons projetos.

Depois o PRR e olhando para o papel da CCDR, nós temos por um lado a função de gerir os fundos do programa operacional regional (PO Algarve 2030), o que é um valor pequeno comparado com o bolo destas iniciativas centralizadas a partir da Europa, do Conselho da Europa, da União Europeia. Aí os desafios são mais vastos e o nosso papel, em conjunto com a Comunidade Intermunicipal, é de dinamizar os projetos que possam candidatar-se a essas fontes de financiamento. **O PRR tem uma componente de projetos culturais mas tem 600 milhões de euros para a digitalização de empresas e também as há na área da cultura**, o que é preciso também olhar. Na nossa visão o papel da CCDR é de dinamização, de coordenação e de apoiar candidaturas dos diferentes agentes às diferentes possibilidades de fontes de financiamento com os fundos que em boa hora foram aprovados.

"O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) apresentado por Portugal tem 37% centrado nos efeitos das alterações climáticas, 20% na transição digital e tem depois uma área específica para a cultura que resultou muito da interação com os agentes culturais e da reivindicação dos mesmos"

Depois temos programas sectoriais desde a área da economia à área da cultura e temos, finalmente, o Programa Operacional Regional. Este programa, sendo o Algarve uma região de transição, é relativamente pequeno quando comparado com a dimensão de todos os outros fundos que estamos a tratar mas que tem um alinhamento com a estratégia de especialização inteligente aprovada no Conselho Regional em Setembro passado. Tem também um alinhamento com uma decisão do Conselho Europeu de Julho de 2020 que decidiu reforçar em 300 milhões de euros o Programa Operacional Regional para a diversificação da base económica e para a competitividade. Neste quadro identificamos, dentro das nossas linhas de ação, a valorização do contributo das TIC e das indústrias culturais e criativas dentro deste quadro de diversificação da base económica mas também esta perspetiva transversal de valorização da dieta mediterrânica a propósito da valorização da região. **A dieta mediterrânica, considerada património imaterial não é apenas um quadro ligado à gastronomia, é um projeto com uma componente também cultural e de afirmação de sustentabilidade do quadro regional**, pelo que quero aqui sublinhar.

Por um lado estamos balizados pelos desafios e regulamentos que resultam da regulamentação dos fundos que foram recentemente aprovados pelo Parlamento Europeu e que agora estão na fase da transcrição linguística, esperando que sejam publicados. Depois temos a negociação do acordo de parceria do Programa Operacional e pensamos que até final deste ano haverá condições para o arranque dos Programas Operacionais Regionais.

Nós por um lado temos que ter 40% centrados nas empresas e na ciência, 30% no clima e riscos e as parcerias com municípios e parcerias para a coesão.

No PRR foi apresentado e bem, um pacote específico de 200 milhões de euros para a eficiência hídrica na região do Algarve e nós queremos associar aqui a ideia de dinamização de ecossistemas para a paisagem e de emprego e natureza verde, projetos que estão em curso nomeadamente com um grande envolvimento de organizações não governamentais. Saliento de todos o projeto Plantar Água no Caldeirão, dinamizado pela WWF mas também o projeto de reflorestação da Serra de Monchique e Silves dinamizado pela Quercus com o apoio financeiro inicial da Ryanair. Este é o quadro que quero aqui sublinhar e deixar.

Quero também, neste quadro da Capital Europeia da Cultura e do tema que me foi proposto para esta intervenção, dizer que naturalmente temos que olhar para as diferentes oportunidade e procurar, no ponto de vista regional e transversal, perceber como é que os agentes da cultura e a cultura podem responder a estes desafios da transição digital e da eficiência energética.

No Algarve, em determinado momento, o Governo da Republica decidiu pela existência de Capitais Nacionais da Cultura e em 2005 no Algarve, Faro foi Capital Nacional da Cultura. Dessa nomeação resultou um projeto com fundos europeus que foi a abertura de um teatro de maior dimensão em cada capital de distrito. Assim Faro ficou com um teatro municipal que é hoje um dos pontos de referência

"Temos que olhar para as diferentes oportunidade e procurar, no ponto de vista regional e transversal, perceber como é que os agentes da cultura e a cultura podem responder a estes desafios da transição digital e da eficiência energética"

no ponto de vista nacional e é também um dos pivôs que temos numa rede de teatros ao nível regional. Numa iniciativa realizada no teatro, a propósito do 25 de Abril, o responsável pelo teatro fazia-me a seguinte pergunta: "Vai haver algum fundo para podermos introduzir aqui painéis solares para melhorar a eficiência energética?". Este é um bom exemplo de como fundos europeus podem contribuir para melhorar os equipamentos municipais e os equipamentos públicos ligados à cultura, nomeadamente ao nível da sua eficiência energética, prestando um contributo para este tema.

Nós aqui **no Algarve temos um exemplo muito interessante numa zona de baixa densidade que é o Museu Zero, que nasceu antes destas decisões de reforço de financiamento na área da digitalização** mas é um museu centrado na digitalização do seu papel de agente cultural.

> *"O ponto não é só saber onde está o financiamento para nos candidatarmos mas saber se também contribuímos para a pegada ecológica, saber como é que aplicamos os fundos, saber, quando for realizada a avaliação daqui a 7 anos, qual o contributo que demos para a sustentabilidade, para a acessibilidade da cultura, para a digitalização, para o contributo ecológico do património cultural e das atividades cuturais"*

Ontem mesmo foi assinado o contrato de consignação da museolização, com uma exposição interativa ligada aos descobrimentos, na Fortaleza de Sagres. Este é um projeto que durante muitos anos foi dinamizado por responsáveis pela cultura e quero salientar o impulso do Senhor Professor Joaquim Mealhas Magalhães, já falecido mas também todos os que participaram nas Direções Regionais da Cultura, nas fontes de financiamento e desde logo á Doutora Dália na altura Diretora Regional da Cultura, quando este processo começou a ser desenvolvido.

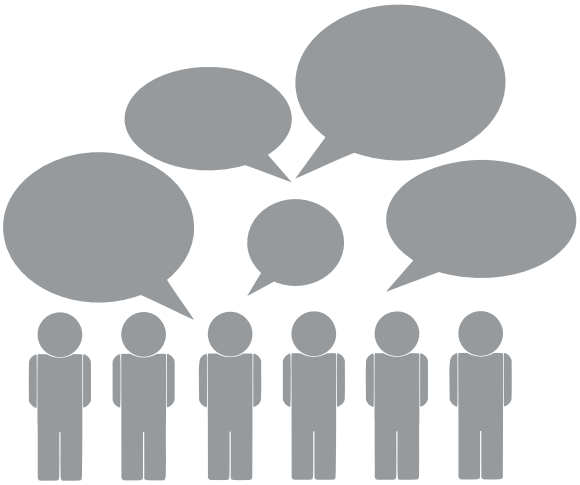
Como foi já referido pelo Tiago Prata, o ponto não é só saber onde está o financiamento para nos candidatarmos mas saber se também contribuímos para a pegada ecológica, saber como é que aplicamos os fundos, saber, quando for realizada a avaliação daqui a 7 anos, qual o contributo que demos para a sustentabilidade, para a acessibilidade da cultura, para a digitalização, para o contributo ecológico do património cultural e das atividades culturais.

No caso do Algarve, nós temos uma situação muito específica porque **temos uma extraordinária dependência do turismo que é a nossa atividade quase única** mas importa salientar alguns dados: i) o Eurobarómetro de 2017 sobre o património cultural referia que 72% dos inquiridos com idade entre os 15 e os 24 anos, destacava a existência de património cultural como um fator importante na escolha do seu destino de férias; ii) o Relatório de avaliação pós Guimarães Capital Europeia da Cultura referia que o programa de Guimarães permitiu envolver 25 mil artistas e profissionais, 15 mil cidadãos e sobretudo promoveu a dimensão europeia, a participação dos cidadãos e como é hoje sabido, Guimarães continua a ser um destino com uma fortíssima atividade cultural, com uma fortíssima presença cultural tantos anos passados sobre a sua escolha como Capital Europeia da Cultura. Portanto é preciso também olhar sobre o que é que fica.

Dizer que da parte da CCDR acolhemos com olhar positivo as boas propostas, tendo nós um papel de dinamização da aplicação de políticas públicas do território e portanto, **faremos tudo o que for possível fazer em interação com os Municípios e com a Comunidade Intermunicipal, que têm aqui um papel chave pelo seu trabalho intermunicipal**. A seguir o desafio que se coloca é termos alguns apoios de natureza europeia e dinamizarmos também um conjunto de trabalho em rede para as diferentes oportunidades colocadas pelo PRR e adaptarmo-nos também àquilo que são os enormes desafios da requalificação da competititvidade que se coloca à região do Algarve e contribuir para que, no final desta situação tão única que vivemos, a sustentabilidade seja um fator chave e o salto em termos qualitativos seja visível e perceptível por todos.

#TALK 3

DEBATE



Anabela Afonso: Como é que se articula o princípio da competitividade do setor, quando nos últimos quadros a Cultura tem vindo a perder centralidade e a aparecer como satélite de áreas como o turismo?

Sara Machado: Percebo exatamente ao que é que a Anabela se refere e concordo em parte mas dizer que no contexto europeu (e também devido à questão do impacto da pandemia) a cultura teve um reforço significativo do orçamento. Claro que fica ainda muito aquém de outros programas pelo que comparativamente há ainda espaço para crescer, mas houve aqui um legitimar da importância da cultura não só no Europa Criativa mas também no Horizonte Europa, assim como noutros programas há um cluster dedicado à cultura e criatividade, ou seja, há um intensificar da cultura nos programas europeus sempre, e ressalvo, com margem para crescer. Acrescer que também parte de nós, setor, fazer "advocacy" para que realmente a cultura continue a estar ainda mais presente e isto passa pela participação ativa quer na apresentação de propostas, quer também na participação pública em debates e tudo o mais.

Ana M.: Sara, existe algum guia de ações e práticas para eventos e atividades culturais mais sustentáveis, recomendado pelo Europa Criativa?

Sara Machado: Aquilo que o Programa Europa Criativa disponibilizou são alguns exemplos ou seja, projetos apoiados que têm como base o eixo da sustentabilidade e projetos culturais mais sustentáveis. Existem vários estudos e relatórios lançados, por exemplo, pelo Cultural Action Europe e outros que são mais orientados para aquilo que a Ana questiona. O que posso fazer é inserir na minha apresentação estas recomendações que possam inspirar e dar o mote, além dos projetos Europa Criativa que já coloquei.

Joana Cordeiro: Existem alguns apoios financeiros para a criação de projetos culturais no âmbito da CCDR Algarve 2030? Obrigada a parabéns por esta iniciativa!

José Apolinário: Em coerência com o que disse, temos por um lado uma intervenção do ponto de vista supra municipal e transversal com os diferentes serviços concentrados na região e depois temos a gestão do Programa Operacional. Há matérias que são de competência municipal e resvalam para a importância da cooperação intermunicipal. No atual quadro, este programa Cultura em Rede já resultou de um trabalho denso da Associação de Municípios e da Comunidade Intermunicipal para a apresentação de uma candidatura a fundos europeus articulada entre os 16 municípios e, naturalmente que a possibilidade da existência de iniciativas culturais é uma matéria que continuará a ter legitimidade nos programas operacionais regionais. Outra matéria tem a ver com a competitividade e tudo o que engloba as indústrias culturais e criativas, com a utilização das TIC. Para este potencial nós entendemos que tem cabimento dentro do futuro programa operacional 2020-2027. Esse programa operacional, como disse na minha intervenção, não está ainda fechado e será, em princípio, redigido e aprovado no 3º semestre deste ano, depois da aprovação do acordo de parceria entre os Estados Membros com a União Europeia. Na nossa visão daquilo que é a utilização dos fundos europeus na região, a dinamização de emprego ligado às indústrias culturais e às TIC tem aqui um espaço importante e contribui para o quadro de competitividade.

organização

parceiro

produção

promoção